



Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Letras

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos

BELO HORIZONTE
2025

Documento aprovado em reunião da
Câmara de Graduação de 27/ 11/ 2025,
nos termos do Parecer CG 2025-432.

Prof. Bruno Otávio Soares Teixeira
Pró-Reitor de Graduação da UFMG
Portaria UFMG 2.367, de 6 de abril de 2022

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos**

Comissão Responsável
Eva dos Reis Araújo Barbosa
Giselli Mara da Silva
Josiane Marques da Costa

**BELO HORIZONTE
2025**

Sumário

1. Da identificação do curso e seus fundamentos conceituais	3
1.1 Introdução	3
1.2 Dados de Identificação da UFMG	3
1.3 Perfil Institucional, Missão e Breve Histórico da UFMG	4
1.3.1 Perfil Institucional	4
1.3.2 Missão da UFMG	4
1.3.3 Metas do projeto pedagógico institucional relacionadas à graduação	4
1.3.4 Breve histórico	5
1.4 Apresentação e Breve Histórico da Unidade Acadêmica	7
1.5 Dados de Identificação da Unidade Acadêmica	8
1.6 Contextualização do Curso	8
1.6.1 A área de Libras na FALE	8
1.6.2 Contextualização histórica: a Libras e seu reconhecimento	10
1.6.1 Mercado de trabalho	12
1.6.3.1 Atuação na educação básica	12
1.6.3.2 Atuação na formação de professores	12
1.7 Dados de identificação do curso	14
1.8 Bases Legais	14
2. Da organização didático-pedagógica	16
2.1 Princípios Teóricos	16
2.2 Objetivos	17
2.2.1 Objetivo Geral	17
2.2.2 Objetivos Específicos	17
2.3 Perfil do profissional egresso	17
2.3.1 Competências e Habilidades	17
2.4 Formas de ingresso	18
2.5 Estrutura Curricular	18
2.5.1 Representação gráfica do currículo	19
2.5.2 Estágio Curricular	20
2.5.3 Formação em Extensão Universitária	22
2.5.4 Oferta de atividades acadêmicas curriculares na modalidade a distância	24
2.5.5 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem	25
2.6.7 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem	25
2.7 Abordagem sobre direitos humanos, educação ambiental e educação para as relações étnico-raciais	26
2.8 Políticas Institucionais	27
2.8.1 Políticas de Acessibilidade e Inclusão	77
2.8.2 Políticas e Programas de Pesquisa e Extensão	28
2.8.3 Políticas e Programas de Ensino	30
2.8.4 Políticas e Programas de Apoio Discente	31
3. Da organização administrativa do curso e suas formas de gestão.....	31
3.1 Gestão do curso	31
3.1.1 Comissão coordenadora	31
3.1.2 Núcleo Docente Estruturante	32
3.2 Avaliação do Curso	32
3.2.1 Avaliação do curso	32
3.2.2 Avaliação do corpo discente	32
3.2.3 Avaliação do corpo docente	34
3.2.4 Avaliação interna	34
3.2.5 Avaliações externas	35
3.3 Corpo docente vinculado à área de Libras da FALE	35
4. Da Infraestrutura	38
4.1 Instalações, laboratórios e equipamentos	38
4.1.1 Ambientes administrativos e de apoio docente	38
4.1.2 Núcleo de Libras da UFMG	39
4.2 Biblioteca Rubens Costa Romanelli	39
5. Referências	41
Anexo I – Ementário	45

1. Da Identificação do Curso e seus Fundamentos Conceituais

1.1 Introdução

O processo de elaboração ou reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos envolve a revisão e atualização dos fundamentos, dos objetivos e das diretrizes do curso.

Durante essa revisão, foram consideradas as legislações vigentes, incluindo a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que “dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura)” (BRASIL, 2004), bem como outras normas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O objetivo é atender às necessidades da comunidade acadêmica e incorporar os avanços na área de formação. Para tanto, a Comissão Colegiada do curso realizou uma análise crítica do currículo, das práticas pedagógicas e dos recursos disponíveis, buscando alinhar teoria e prática, assegurar a qualidade do ensino e promover uma formação adequada para profissionais da educação bilíngue de surdos.

O PPC do curso tem como objetivo geral formar profissionais reflexivos, éticos e competentes, capazes de atuar no contexto educacional, considerando as especificidades da educação bilíngue de surdos. O currículo adota diretrizes que valorizam a integração entre teoria e prática, reconhecem e promovem a Libras e a Cultura Surda, e garantem a formação prática-pedagógica necessária para o exercício profissional do egresso.

1.2 Dados de Identificação da UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 17.217.985/0001-04	
Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira Gestão: 2022 - 2026	Contatos: E-mail: reitor@ufmg.br ou reitora@ufmg.br Sítio eletrônico: http://www.ufmg.br	
Endereços: Campus Pampulha Av.: Antônio Carlos, 6627 Pampulha - Belo Horizonte - MG CEP: 31270-901 Fone: +55 (31) 3409-4124	Campus Saúde Av. Prof. Alfredo Balena, 110 Santa Efigênia - Belo Horizonte - MG CEP: 30130-100 Fone: +55 (31) 3409-5000	
Campus Regional de Montes Claros Instituto de Ciências Agrárias Av. Universitária, 1000 Universitário - Montes Claros - MG, CEP: 39404-547 Fone: +55(38) 2101-7710	Campus Cultural de Tiradentes Rua Direita, 5 Centro - Tiradentes - MG CEP 36325-000 Fone: +55 (31) 98378 0157	
Ato Regulatório: Credenciamento Lei Estadual Nº documento: 956 Data de Publicação: 07/09/1927 Prazo de Validade: Vinculado ao ciclo avaliativo	Ato Regulatório: Recredenciamento Portaria do Ministério da Educação Nº documento: 589 Data de Publicação: 14/03/2019 Prazo de Validade: 13/03/2029	
Índices:	Valor	Ano
Conceito Institucional (CI)	5	2017
Índice Geral de Cursos (IGC)	5	2023
IGC Contínuo	4.4650	2023

1.3 Perfil Institucional, Missão e Breve Histórico da UFMG

1.3.1 Perfil Institucional

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos termos do seu Estatuto, tem por finalidades precípuas a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidos de forma indissociada e integrados na educação e na formação científica e técnico-profissional de cidadãos imbuídos de responsabilidades sociais, bem como na difusão da cultura e na criação filosófica, artística e tecnológica. No cumprimento dos seus objetivos, a UFMG mantém cooperação acadêmica, científica, tecnológica e cultural com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais e constitui-se em veículo de desenvolvimento regional, nacional e mundial, almejando consolidar-se como universidade de excelência e relevância, mundialmente reconhecida.

1.3.2 Missão da UFMG

Visando o cumprimento integral das suas finalidades e de seu compromisso com os interesses sociais, a UFMG assume como missão gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como Instituição de referência na formação de indivíduos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, da diminuição de desigualdades sociais, da redução das assimetrias regionais, bem como do desenvolvimento sustentável.

1.3.3 Metas do projeto pedagógico institucional relacionadas à graduação

1. Efetivar plenamente na UFMG o projeto pedagógico de flexibilização curricular, conforme disposto nas Normas Gerais de Graduação, garantindo uma oferta diversificada e abrangente de formações complementares e de formações transversais, disponibilizando um número crescente de atividades acadêmicas complementares, provendo uma oferta regular de atividades voltadas para a formação geral, bem como assegurando a integração entre projetos curriculares de Graduação e de Pós-Graduação e a adequada previsão do aproveitamento das atividades desenvolvidas no âmbito de mobilidade acadêmica e de projetos de extensão e de pesquisa.

2. Intensificar a experimentação pedagógica no ensino, com o incremento do uso de metodologias ativas de aprendizado.

3. Aumentar a proporção de atividades acadêmicas curriculares que façam uso de tecnologias de informação e de comunicação.

4. Intensificar o protagonismo dos estudantes da UFMG em ações com relevância acadêmica e social que contribuam para sua formação.

5. Intensificar os programas de intercâmbio discente, na Graduação e na Pós-Graduação, com especial atenção para aqueles que se orientem pelo princípio da reciprocidade.

6. Envidar esforços para intensificar a diversidade sociocultural do corpo discente, em conexão com a ampliação do acesso para grupos historicamente excluídos do ensino superior. Cabe especial atenção às pessoas com deficiências, aos indígenas, aos negros e aos refugiados.

7. Garantir o acesso dos estudantes de cursos noturnos às diversas oportunidades acadêmicas oferecidas pela Universidade, tais como: acesso às disciplinas de Pós-Graduação, acesso a formações complementares, acesso a atividades de extensão e de pesquisa, e outros.

8. Fomentar a realização de programas colaborativos e integradores de conhecimento, incentivando a inclusão de atividades com tais características nos currículos dos cursos.

9. Consolidar a infraestrutura disponível para o funcionamento dos cursos de Graduação, garantindo a disponibilidade de espaços de aprendizado devidamente equipados e em boas condições.

10. Consolidar a avaliação de indicadores de retenção e evasão, visando subsidiar a formulação de políticas para aumentar a proporção de concluintes dos cursos.

1.3.4. Breve histórico

No século XVIII, a criação de uma Universidade em Minas Gerais integrava o projeto político dos Inconfidentes. A proposta, entretanto, só veio a se concretizar na terceira década do século XX, no bojo de intensa mobilização intelectual e política que teve no então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sua principal expressão. Nesse contexto, pela Lei Estadual nº 956, de 7 de setembro de 1927, foi fundada a Universidade de Minas Gerais (UMG), pela reunião das quatro instituições de ensino superior existentes, à época, em Belo Horizonte: a Faculdade de Direito, criada em 1892, em Ouro Preto; a Faculdade de Medicina, criada em 1911; a Escola de Engenharia, criada em 1911; e a Escola de Odontologia e Farmácia, cujos cursos foram criados em, respectivamente, 1907 e 1911. O primeiro Reitor da UMG, nomeado em 10 de novembro do mesmo ano, foi Francisco Mendes Pimentel, Diretor da Faculdade de Direito, que foi sede da primeira Reitoria.

Um ano depois, os planos do governo estadual para a UMG voltaram-se à necessidade da construção de um complexo universitário, já então denominado Cidade Universitária. Como resultado de uma parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, foram colocados à disposição da UMG 35 quarteirões, com área equivalente a 500.000 m², nos bairros de Lourdes e Santo Agostinho. Com o tempo, a área destinada para a futura edificação da Cidade Universitária foi se alterando, em decorrência de sua localização central e de seu valor econômico. Em 1937, para as imediações do Parque Municipal e, em princípio da década de 1940, para a região da Pampulha, aonde, de fato, viria a se instalar. Mas, ainda demoraria cerca de duas décadas, para que as primeiras edificações ficassem prontas: a Reitoria e o Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR) – hoje, não mais integrando à Universidade –, então vinculado à UMG e subordinado à Escola de Engenharia.

Na segunda metade dos anos de 1940, a UMG ampliara-se consideravelmente, no plano acadêmico, com a incorporação de diversas escolas livres criadas em Belo Horizonte, posteriormente à fundação da Universidade: a de Arquitetura, em 1946, e, dois anos depois, as Escolas Livres de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Econômicas e Administrativas. Em 1949, houve a federalização da UMG, mas seu nome e sua sigla permaneceram inalterados, por mais de uma década. No ano seguinte, ocorreu a incorporação da Escola de Enfermagem, originalmente subordinada, administrativa e academicamente, à Faculdade de Medicina.

Nos anos de 1960, a UMG sofreria profundas transformações. Na primeira metade da década, devido a um expressivo programa de expansão, com a incorporação da Escola de Veterinária, da Escola de Biblioteconomia e do Conservatório Mineiro de Música e a criação da Escola de Belas Artes. O Conservatório Mineiro de Música daria origem à atual Escola de Música e a Escola de Biblioteconomia, já no século XXI, teve sua denominação alterada para Escola de Ciência da Informação. Em 1965, o nome e a sigla da UMG foram alterados, de forma a incorporar sua vinculação à estrutura administrativa federal. A universidade passou a ser denominada Universidade Federal de Minas Gerais, com a sigla UFMG.

Na segunda metade da década de 1960, a estrutura e a vida universitária se alteraram em decorrência da Reforma Universitária de 1968, que modernizou a Universidade Brasileira, mas também em virtude de circunstâncias políticas mais gerais. A reforma universitária acarretou o desmembramento da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, dando origem, em um primeiro momento aos assim chamados Institutos Básicos – O Instituto de Ciências Biológicas, o Instituto de Ciências Exatas e o Instituto de Geociências – e, logo a seguir, à Fa-

culdade de Educação e à Faculdade de Letras. Em decorrência dessas transformações, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras teve seu nome alterado para Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Decorreu também da reforma universitária, a institucionalização da atividade de pesquisa, o estabelecimento de padrões mais bem definidos, para a regulação dos cursos de pós-graduação e a criação do regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, para os docentes dedicados aos trabalhos de investigação acadêmica. Ainda nesse período, em 1969, a UFMG incorporaria em sua estrutura a Escola de Educação Física, cujo nome foi alterado, já no século XXI, para Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Mas a vida da UFMG seria também bastante alterada, nos anos de 1960 e subsequentes, em decorrência do pronunciamento militar que interrompeu a normalidade democrática no país, ocorrido em 1964. Em consequência, desse pronunciamento, agravado em 1968, com a edição do Ato Institucional 5, a UFMG teve um de seus reitores afastados temporariamente de suas funções, o Reitor Aluísio Pimenta; outro cassado, o Professor Gérson Brito de Melo Boson, diversos professores e funcionários cassados e presos, estudantes expulsos, presos e assassinados.

A Instituição reagiu com altivez a esse tempo sombrio, tendo seus reitores e seu Conselho Universitário se pronunciado, com firmeza, condenando a arbitrariedade e a violência da repressão política, bem como, se recusando, sempre que possível, a implantar medidas e procedimentos que consideraram academicamente inconvenientes e inadequados.

O adensamento das construções do Campus Pampulha, a Cidade Universitária, se deu em períodos distintos, ocorrendo com grande intensidade nos anos 1970, na primeira metade da década de 1990 e na primeira década do século XXI. De tal sorte que, das dezenove unidades acadêmicas sediadas em Belo Horizonte, quinze tem suas instalações integralmente situadas no Campus Pampulha. Na área central da cidade de Belo Horizonte, encontram-se o Campus Saúde, constituído pela Faculdade de Medicina, pela Escola de Enfermagem e pelo complexo do Hospital das Clínicas, bem como a Faculdade de Direito e a Escola de Arquitetura, estas duas, localizadas em prédios isolados e com perspectivas de, em breve, terem também suas instalações transferidas para o Campus Pampulha. Além das unidades acadêmicas, encontram-se também no Campus Pampulha a Escola de Educação Básica e Profissional (EBAP), integrada pela Escola de Primeiro Grau, o Colégio Técnico e o Teatro Universitário, que oferece curso de nível médio de formação de atores.

A UFMG possui um terceiro Campus Universitário, situado em Montes Claros, município do norte de Minas Gerais. O Campus Regional de Montes Claros oferece cursos de graduação e pós-graduação, vinculados ao Instituto de Ciências Agrárias, a vigésima unidade acadêmica da Universidade. Em Diamantina, estão instalados o Instituto Casa da Glória (antigo Centro de Geologia Eschwege) e a Casa Silvério Lessa, ambos vinculados ao Instituto de Geociências. Em Tiradentes, situa-se o complexo histórico-cultural dirigido pela Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, que compreende o Museu Casa do Inconfidente Padre Toledo e os prédios da Câmara Municipal, da Cadeia Pública e do Centro de Estudos, Galeria e Biblioteca Miguel Lins. Pretende-se que esses espaços estejam articulados no Campus Cultural da UFMG em Tiradentes.

Com destacada participação no projeto acadêmico da UFMG, devem ser ainda mencionados: o Hospital Veterinário e as fazendas de Igarapé e Pedro Leopoldo; a Biblioteca Universitária; o Centro Cultural; o Centro de Microscopia; o Conservatório; a Editora; o Museu de História Natural e Jardim Botânico. E, como espaço primordialmente voltado ao lazer da Comunidade Universitária, o Centro Esportivo Universitário (CEU).

Em síntese, a situação atual das atividades acadêmicas da UFMG pode ser sumariada pelos números a seguir. No período entre 2013 e 2017, segundo dados informados com metodologia padronizada pelo Censo da Educação Superior [...], o corpo docente cresceu 7,7%, sendo que 88% dos docentes trabalham em regime de tempo integral e 89% são doutores. O

corpo Técnico-administrativo em Educação (TAE) cresceu 1,8% e aprimorou sua qualificação, sendo que mais da metade dispõe de formação em nível de Pós-Graduação. Quanto ao corpo discente, o total de estudantes matriculados em cursos de Graduação ao longo do período situou-se entre 31 e 33 mil, com média anual de aproximadamente 7.500 ingressantes e 4.600 concluintes, para um total de 6.740 vagas novas ofertadas anualmente nos cursos com oferta regular [...].

Atualmente, a UFMG oferta 91 cursos de Graduação presenciais. Dos 91 cursos, 18 são licenciaturas, 72 são bacharelados e 1 é tecnológico.

Observa-se no período recente uma tendência geral de melhoria nos indicadores de qualidade da Pós-Graduação, da pesquisa e da extensão na UFMG. Até 2010, o sistema de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFMG estava constituído por 70 programas que contavam com pouco mais de 1.500 orientadores credenciados e pouco mais de 6.500 estudantes. Em 2018, a UFMG somava 84 programas de Pós-Graduação (ver Anexo II), envolvendo 70 cursos de Doutorado, 75 cursos de Mestrado acadêmico e 8 cursos de Mestrado Profissional, totalizando mais de 2.000 orientadores credenciados e 9.600 estudantes matriculados. O número total anual de dissertações de Mestrado, no mesmo período, passou de cerca de 1.300 para cerca de 1.600, e o número total anual de teses de Doutorado defendidas passou de pouco mais de 500 para quase 900. O processo de melhoria da qualidade da Pós-Graduação *stricto sensu* na UFMG, ocorrido no mesmo período, é atestado pela avaliação quadrienal realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que indica que a UFMG passou de um percentual de 36% de programas que alcançaram conceitos 6 e 7 em 2010, para um percentual de 43% de programas nesses níveis em 2017. Esses conceitos são conferidos a cursos com padrão de excelência internacional. No mesmo período, a UFMG passou do percentual de 63% para o percentual de 68% de cursos com conceitos de 5 a 7.

Entre 2012 e 2016, a produção científica manteve-se em patamar elevado, em torno de 5.800 artigos por ano, com uma parcela crescente desses artigos contando com indexação pelo DOI. No mesmo período, houve uma redução do número de “trabalhos em eventos”, o que parece refletir a redução do peso desse tipo de publicação nos diversos processos de avaliação da pesquisa, internos e externos, ocorrido ao longo da última década, levando a um concomitante processo de direcionamento dos esforços dos pesquisadores à confecção de publicações de maior potencial de impacto. Quanto à qualidade dessas publicações, ela pode ser avaliada por alguns indicadores. Assim, em 11 das 27 áreas da base de dados SCOPUS, os artigos publicados por docentes da UFMG recebem um número igual ou maior à média de citações das demais instituições presentes na base. Além disso, a produção científica da UFMG mantém-se concentrada em revistas com JCR (parâmetro de impacto da revista) superior ao da média da base *Web of Science*: em 2017, a produção da UFMG foi publicada em revistas com JCR médio de 2,6, contra uma média de 2,2 das revistas da base.

1.4 Apresentação e Breve Histórico da Unidade Acadêmica

A Faculdade de Letras da UFMG (FALE) foi fundada em 26 de novembro de 1968, como resultado do desmembramento da área de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras determinado pela Reforma Universitária Federal, no âmbito da qual foi aprovado o projeto da nova estrutura da UFMG pelo Decreto-Lei nº 62.317 de 28/02/1968. Em 23 de novembro de 1968, o então Reitor, Gerson Brito de Melo Boson, indicou a Prof.^a Ângela Vaz Leão Diretora *pro tempore* da Faculdade de Letras, com a incumbência de instalar a Congregação, de propor a estrutura departamental e de providenciar a eleição da lista tríplice para o provimento efetivo da Diretoria. Em 26 de novembro de 1968, instalou-se solenemente a Congregação da Faculdade de Letras e já nesta primeira reunião foi eleita a lista tríplice para a nomeação do Diretor efetivo. Em 28 de fevereiro de 1969, a Prof.^a Ângela Vaz Leão, integrante da referida lista tríplice, foi nomeada a primeira Diretora da Faculdade de Letras.

Como área da Faculdade de Filosofia, o Curso de Letras funcionou no Colégio Marconi, no Instituto de Educação, no Edifício Acaiaca e no prédio da Rua Carangola. Como Faculdade de Letras, funcionou na Rua Carangola (quinto, sexto e sétimo andares) e, a partir de 1983, funciona em seu prédio próprio, no *Campus* Pampulha.

Na sua fundação, a Faculdade de Letras era estruturada em quatro departamentos: (i) Departamento de Letras Vernáculas, (ii) Departamento de Letras Clássicas, (iii) Departamento de Letras Românicas e (iv) Departamento de Letras Germânicas. Em 25 de outubro de 1978, deu-se o desmembramento do Departamento de Letras Vernáculas, com a criação do Departamento de Linguística e Teoria Literária. Outra mudança na estrutura departamental da Faculdade de Letras foi implantada em 26 de outubro de 1988, com o desmembramento do Departamento de Linguística e de Teoria Literária em dois departamentos: (i) Departamento de Linguística e (ii) Departamento de Semiótica e Teoria da Literatura. Em 04 de maio de 1995, foi alterado o nome do Departamento de Letras Germânicas para Departamento de Letras Anglo-Germânicas, mantendo-se inalterada a sua constituição. Em 07 de novembro de 2002, foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFMG o Regimento da Faculdade de Letras (Resolução 12/2002) que aboliu a estrutura departamental no âmbito da unidade. Essa nova estrutura, até então inédita no âmbito das IFES brasileiras, foi concebida a partir da aprovação do novo Estatuto da UFMG, em vigor desde 05 de julho de 1999, que facultava às suas unidades acadêmicas a opção por estruturas diferentes da estrutura departamental. A nova estrutura da Faculdade de Letras foi implantada em 14 de março de 2003.

1.5 Dados de Identificação da Unidade Acadêmica

Faculdade de Letras - FALE	
Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte CEP: 31270-901	
Diretora da Unidade: Sandra Gualberto Bianchet Vice-Diretor: Lorenzo Teixeira Vitral Gestão: 2025 - 2029	Contatos: E-mail: dir@letras.ufmg.br Sítio eletrônico: https://grad.letras.ufmg.br/ Fone: +55 (31) 3409-6066
Cursos de Graduação: Bacharelado em Letras Licenciatura em Letras Licenciatura em Letras-Libras	

1.6 Contextualização do Curso

1.6.1 A área de Libras na FALE

A Faculdade de Letras da UFMG e, principalmente, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos têm recebido, desde 1996, alunos com projetos de pesquisa voltados à temática da surdez e da Língua de Sinais. No entanto, o ensino dessa língua na FALE-UFMG somente foi implantado no ano de 2008, com a contratação de uma professora substituta e, em seguida, de uma professora visitante.

Em março de 2010, foi empossada a primeira professora de Libras na instituição e, nesse primeiro momento, devido à demanda crescente da oferta da disciplina obrigatória de Libras para as licenciaturas e para a Fonoaudiologia, as atividades de ensino foram priorizadas. A oferta da disciplina de Fundamentos de Libras *on-line* já se iniciou em 2010, com um total de 480 alunos matriculados. Desde então, o número de alunos tem aumentado significativamente, sendo que, atualmente, são atendidos cerca de 1221 alunos, na modalidade a distância, a cada semestre. Ressalta-se que a demanda pela disciplina de Libras não para de crescer, o que evidencia a importância da formação de profissionais para o ensino dessa língua. No 1º semestre e no 2º semestre de 2015, por exemplo, a FALE recebeu respectivamente o pedido de 3.735 e de 1.107 interessados em cursar a disciplina de

Fundamentos de Libras *on-line*. Já no 1º semestre de 2016, foram registrados 2.435 pedidos de matrícula.

Além da disciplina obrigatória “LET223-Fundamentos de Libras”, foram criadas, ainda em 2008, disciplinas presenciais que permitiram aos estudantes dar continuidade ao aprendizado da língua, a saber: Libras A, B, C e D, bem como disciplinas temáticas, como Linguística Aplicada ao Ensino – Português como Segunda Língua para Surdos. Atualmente, a FALE conta com dez professores de Libras, ampliando a oferta formativa e fortalecendo a área no âmbito da unidade.

Desde 2010, a área vem desenvolvendo, de forma integrada, atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na área de pesquisa, os professores têm desenvolvido projetos em: (i) Linguística Aplicada, voltados para o ensino de Libras como segunda língua (L2) para ouvintes, como também para o ensino de português como L2 (segunda língua) e de inglês como L3 (terceira língua) para surdos; (ii) Linguística Teórica e Descritiva, com vistas à descrição de aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da língua, como também aspectos relativos à situação de Bilinguismo, envolvendo línguas sinalizadas e línguas orais.

Na área de extensão, destacam-se os projetos desenvolvidos junto ao CENEX-FALE para o ensino da Libras para a comunidade; além de projetos que visam beneficiar a comunidade surda, a saber: projetos voltados ao ensino de português como L2 e de inglês como L3 para surdos, à formação de professores de português para surdos, à formação de intérpretes de Libras-Português, e ao ensino de Literatura Surda para professores surdos. Além disso, há ainda projetos sendo desenvolvidos por meio do Programa de Apoio à Inclusão e Promoção à Acessibilidade (PIPA) do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NAI), a saber: i) um projeto que visa ao desenvolvimento de materiais didáticos para o ensino de português para surdos no ensino superior, e ii) um projeto voltado para a divulgação da Literatura Surda.

Na área de ensino, além da oferta de disciplinas listadas anteriormente, o Núcleo de Libras vem contribuindo com a formação dos graduandos, especialmente por meio do Programa de Monitoria. Esses monitores recebem formação para atuar junto aos alunos na plataforma *Minha UFMG*, em relação ao conteúdo da disciplina e a aspectos relativos à Educação a Distância e ao uso do *Moodle*. A disciplina Fundamentos de Libras, oferecida na modalidade a distância, desde seu planejamento em 2010, tem oportunizado também a formação dos alunos da pós-graduação por meio de estágio-docência. Desde 2016, está em andamento um projeto junto ao Programa de Incentivo à Formação Docente (PIFD) da Prograd, por meio do qual foram disponibilizadas bolsas de complementação para alunos de mestrado e alunos de doutorado, que atuam como tutores na referida disciplina Fundamentos de Libras.

Uma importante conquista da área de Libras e da Faculdade de Letras foi a criação do curso de Letras-Libras, cuja aprovação se deu no ano de 2018, com a entrada da primeira turma em 2019. Esse curso tem o objetivo de formar professores de Libras para atuarem em diferentes contextos educacionais, ensinando Libras para pessoas ouvintes e pessoas surdas.

Tendo em vista a ampla experiência da área de Libras da Faculdade de Letras, no ensino de Libras e na formação de professores, o presente projeto apresenta o curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, cuja proposta se desenhou em resposta ao Edital nº 23/2023 do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse edital propõe a oferta, por Instituições de Ensino Superior, de formação para atuação junto a comunidades indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas surdas sinalizantes da Libras. No caso das pessoas surdas, especificamente, o referido Edital propõe a oferta do curso de Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, na modalidade de primeira ou segunda licenciatura.

Antes, contudo, de apresentarmos a nossa concepção e o projeto do curso, faz-se necessário discorrer brevemente sobre alguns aspectos históricos da Libras e do seu reconhecimento, assim como sobre a educação de pessoas surdas e a importância da formação de professores para atuarem nessa modalidade de ensino.

1.6.2 Contextualização histórica: a Libras e seu reconhecimento

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), como é conhecida hoje, começou a se desenvolver a partir da fundação da primeira escola de surdos no Brasil, na segunda metade do século XIX, com a vinda de educadores franceses. Assim, a Língua de Sinais Francesa em contato com gestos e sinais já utilizados por surdos brasileiros começou a ser utilizada no processo de educação de alunos surdos. Nesse período, as escolas especiais para surdos, que funcionavam em regime de internato, tiveram um papel importantíssimo, agregando surdos de diferentes regiões do país e possibilitando que esses surdos, no contato cotidiano, desenvolvessem uma língua que, com o passar dos anos, passaria a ser utilizada amplamente pela comunidade surda brasileira.

Até os anos 1960, ainda que as línguas de sinais fossem utilizadas por surdos e seus educadores, o *status* linguístico destas não era reconhecido. Assim, sua utilização ou a opressão sobre aqueles que a utilizavam, dependia das abordagens educacionais vigentes na época e das ideologias predominantes na educação e em outras áreas. A partir dos anos 1960, com o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre a Língua de Sinais Americana, o estatuto linguístico das línguas de sinais passa a ser reconhecido, ainda que progressivamente, em diferentes campos da Linguística e também em diferentes países.

No Brasil, as pesquisas sobre a Libras começaram a se desenvolver a partir da década de 1980 (Hoemann, 1981; Ferreira-Brito, 1984, 1985, 1995; Felipe, 1989). Até esse momento, não se sabia se o Brasil teria uma única língua de sinais falada em todo seu território com variações regionais ou se haveria diferentes línguas sinalizadas. Logo, um dos primeiros trabalhos realizados foi a descrição da Língua de Sinais falada em diferentes capitais brasileiras, que apontou para a existência de uma única língua de sinais nos centros urbanos brasileiros, chamada na época de Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB).

Nos anos 1990, surgiram diversos trabalhos teóricos e descritivos sobre a Libras, discutindo-se os seguintes temas: a descrição básica da estrutura fonológica da língua (Karnopp, 1994, 1999); a tipologia dos verbos (Felipe, 1998); a estrutura sintática da frase (Quadros, 1995, 1999); a construção de referência (Bernardino, 1999); além de estudos sobre aquisição (Quadros, 1995, 1997; Karnopp, 1999).

Paralelamente à pesquisa acadêmica, diferentes organizações políticas, principalmente aquelas protagonizadas por surdos, contribuíram para o reconhecimento e a difusão da Libras em todo o território nacional. Desde a fundação da primeira associação de surdos em 1930, essas entidades têm lutado pela garantia de direitos das pessoas surdas, com destaque, a partir de 1987, com a fundação da FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), para os direitos linguísticos e educacionais.

A partir desses diferentes movimentos políticos surdos e também com a contribuição de diferentes pesquisadores, educadores e intérpretes de Libras, a língua foi sendo reconhecida gradativamente, em diferentes estados (Lei nº 10.379/91 em Minas Gerais; Lei nº 11.405/99, no Rio Grande do Sul; Lei nº 3.195/99, no Rio de Janeiro; Lei nº 10.958/01, em São Paulo, entre outros).

No dia 24 de abril de 2002, a comunidade surda brasileira conquistou, no Congresso Federal, o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão oficial da comunidade surda, por meio da Lei nº 10.436. Adicionalmente, a Lei determina que o poder público e empresas concessionárias de serviços públicos devem apoiar o uso e difusão da Libras. Na Lei, lê-se que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, s.p.).

Essa Lei é então regulamentada, em 2005, pelo Decreto nº 5.626, que dispõe sobre: (i) a inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores (licenciatura e cursos de nível médio profissionalizante) e nos cursos de Fonoaudiologia; (ii) a formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior; (iii) o uso e a difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação; (iv) a garantia do direito à educação das pessoas surdas; entre outros.

A respeito da garantia do acesso à educação, o Decreto reconhece a condição bilíngue das pessoas surdas e estabelece algumas ações iniciais para a garantia dos direitos educacionais dos surdos, como se vê na citação a seguir.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua [...] (BRASIL, 2005, s. p.).

Desde a aprovação da Lei nº 10.436 e do Decreto nº 5.626, a comunidade surda e pesquisadores vêm lutando para que a comunidade surda tenha efetivamente acesso a uma educação bilíngue de qualidade, que respeite sua diferença linguística e cultural. Do mesmo modo como outros grupos minoritarizados, a comunidade surda reivindica uma educação igualitária, por meio de uma escola na qual a Libras seja efetivamente a língua de instrução e de interação entre os pares e o português escrito seja ensinado como segunda língua. Finalmente, no ano de 2021, foi publicada a Lei nº 14.191/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui a modalidade de educação bilíngue de surdos. A seguir indicamos alguns trechos desta Lei relevantes para esta proposta.

[...]

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos [*sic*], com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Art. 79-C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas (BRASIL, 2021, s.p.).

Para que a educação bilíngue de surdos se efetive, é necessário o estabelecimento de uma série de políticas linguísticas e educacionais, bem como a implementação dessas políticas. A formação de professores para surdos é uma das ações necessárias para a concretização da educação bilíngue para surdos. Nesse sentido, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) propôs o PARFOR (Plano Nacional de

Formação de Professores da Educação Básica) e, em resposta, a FALE buscou responder a essa demanda, honrando o compromisso das universidades públicas na contribuição para uma sociedade mais justa e igualitária.

1.6.3 Mercado de trabalho

1.6.3.1 Atuação na educação básica

Os alunos surdos, atualmente, estão, em sua maioria, incluídos em escolas comuns onde são acompanhados por intérpretes do par linguístico Libras-Português, que realizam a interpretação/ tradução de variadas atividades didáticas. No entanto, como apontam inúmeros estudos, a oferta do serviço de interpretação e tradução não garante a inclusão do aluno surdo, ou seja, não garante que suas necessidades linguísticas e educacionais sejam atendidas adequadamente, de modo a promover uma aprendizagem satisfatória. Para tanto, é fundamental a atuação do professor com o intuito de favorecer a inclusão e, consequentemente, a aprendizagem do aluno. Nesse sentido, é extremamente necessária a formação adequada desses docentes.

Além das escolas comuns, uma parcela dos alunos surdos estuda, atualmente, em escolas bilíngues para surdos, na qual a Libras é a principal língua de instrução e de interação entre os pares, diferentemente de uma escola comum, em que o português é a língua principal. Assim, a Libras é a língua mediadora dos processos de construção de conhecimentos na escola bilíngue de surdos, o que traz uma série de implicações. Podemos citar, por exemplo, a necessidade de professores com conhecimentos específicos para atuação nessas escolas, ensinando disciplinas variadas. Finalmente, cabe ressaltar que ainda existem, no Brasil, escolas especiais para alunos surdos, sendo que essas escolas vêm aderindo à proposta de educação bilíngue de surdos.

Nesse sentido, o mercado de trabalho para os egressos do curso compreende a atuação no ensino básico, em escolas comuns, escolas bilíngues e escolas especiais que atendam a alunos surdos. Esses professores poderão atuar em diversos contextos e disciplinas, conforme sua primeira graduação, mas com o diferencial da formação específica para atuação com alunos surdos, realizada na Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue.

1.6.3.2 Atuação na formação de professores

Tendo em vista a constante necessidade de formação de novos professores na área, os egressos do curso poderão também atuar na formação continuada de outros professores de surdos, a exemplo do que ocorre nos Centros de Capacitação de Profissionais de Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez, os chamados CAS. Nesses centros, é comum a atuação de professores com formação em nível de graduação, na formação de novos professores, para o trabalho com estudantes surdos, em diferentes contextos educacionais.

A oferta pontual do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos na FALE

A oferta pontual do curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos da FALE-UFMG busca atender à demanda de formação de professores de diferentes áreas do conhecimento para atuação no contexto da educação bilíngue de surdos, em resposta ao Edital nº 23/2023 do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR EQUIDADE) da CAPES. Esse edital é uma das ações voltadas à construção de uma educação inclusiva e de qualidade para vários grupos minoritarizados, a saber, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas surdas sinalizantes.

A concepção do curso se pauta em uma perspectiva socioantropológica da surdez, em que os surdos são vistos como um grupo linguístico-cultural minoritário. Sob essa ótica, a educação das pessoas surdas tem como princípio norteador as representações socioculturais,

identitárias e linguísticas da Comunidade Surda; e não, a deficiência ou o *déficit* auditivo. Destaca-se aqui que, além da Libras constituir-se como o principal elemento identificador dessa Comunidade, esta se constitui a primeira língua desses sujeitos, de modo que desempenha papel fundamental tanto no desenvolvimento das habilidades e capacidades comunicativas, quanto no desenvolvimento cognitivo e social. Nessa perspectiva, a língua de sinais deve ser a língua do processo de ensino-aprendizagem, utilizada durante toda a trajetória educacional das pessoas surdas, o que demanda formação específica dos docentes.

Desse modo, um dos objetivos do curso é a formação em disciplinas de Libras, para uso dessa língua pelos professores nas escolas com seus alunos surdos. Além disso, o curso visa a uma formação geral voltada para a temática da Educação Bilíngue, com disciplinas que trazem o diálogo inter e transdisciplinar das áreas de conhecimento da Linguística Aplicada e da Educação. Essas disciplinas buscam oferecer aos professores, já formados numa primeira licenciatura, uma visão ampla e crítica a respeito da educação das pessoas surdas e de suas especificidades linguísticas e educacionais.

Ressalta-se que, finalmente, este projeto vai ao encontro da necessidade de se oferecer um espaço de formação em nível superior para professores da Educação Básica, tornando-os agentes comprometidos com a educação e a inclusão de pessoas surdas, de modo que se possa efetivar a oferta da educação bilíngue para pessoas surdas, conforme previsto na Lei nº 14.191/2021, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui a modalidade de educação bilíngue de surdos. É importante destacar que, em geral, os professores regentes recebem uma formação muito ampla para a inclusão com pessoas com deficiência, mas, em geral, não têm a oportunidade de se formar em aspectos específicos da educação bilíngue de pessoas surdas.

Em contato com a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte por correspondência eletrônica, nos foi informado que, de acordo com os dados do Sistema de Gestão Escolar (SGE, 2023), essa Rede atende atualmente 92 estudantes com surdez severa e profunda e 152 com deficiência auditiva, matriculados/as em 156 escolas.

Já a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais informou, também por correspondência eletrônica, que atualmente atende:

[...] 768 estudantes surdos e 4383 estudantes com deficiência auditiva. Os referidos alunos estão matriculados nas escolas inclusivas dos municípios da circunscrição das 47 (quarenta e sete) Superintendências Regionais de Ensino. Para esse público é garantido a oferta de professores nas Salas de Recursos no Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Português como segunda língua, bem como, para o aprendizado e aprofundamento da primeira língua com um professor/instrutor Surdo. [...] Considerando os ocupantes do cargo de Professor de Educação Básica (PEB), a SEE conta com 60 professores de salas de recursos, 5 Tradutores e Intérprete de Libras, 934 professores de Libras e 142222 professores regentes de turma. O total de professores da educação básica é de 158619. Considerando apenas as Superintendências Regionais de Ensino (SRE), Metropolitanas A, B e C, são 27323 professores. Nessas três SREs são atendidos 297 estudantes com deficiência auditiva e 209 com surdez, distribuídos em 490 escolas.

Em relação à fonte dos dados, a Secretaria de Educação fez os seguintes esclarecimentos:

A compreensão que temos é que dados do Censo são um dos subsídios possíveis, visto que o diagnóstico é feito conjuntamente. Os dados disponibilizados acima são dos sistemas de informação da Educação que alimentam o Educacenso anualmente. No entanto, caso se utilizassem apenas as bases publicadas do Censo a referência seria 2022, e não haveria o mesmo nível de detalhe. Esses números de professores e estudantes são dos sistemas de informação da SEE referentes a outubro e novembro

de 2023, respectivamente, o que na interpretação que fizemos do trecho [do edital] "conjuntamente com as redes de ensino" permite que o diagnóstico a ser feito da demanda esteja mais próximo da realidade.

1.7 Dados de Identificação do Curso

Segunda licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos	
Código e-MEC: 50017146	
Coordenador(a) do Colegiado: Josiane Marques da Costa (<i>Pro tempore</i>) Subcoordenador(a): Eva dos Reis Araújo Barbosa Gestão: 2024-2026	Contatos: E-mail: edbilinguesurdos@letras.ufmg.br Fone: +55 (31) 3409-5101 Sítio eletrônico: http://www.letras.ufmg.br/bilinguesurdos/
Turno(s) de Funcionamento: Noturno	Número de vagas autorizadas: 30 vagas
Grau: Licenciatura	Modalidade: presencial
Titulação conferida: Licenciado em Educação Bilíngue de Surdos	Carga Horária Total: 1830 horas
Tempo de integralização: Mínimo: 5 semestres Padrão: 5 semestres Máximo: 9 semestres	Área de conhecimento: Linguística, Letras e Artes
Ato Regulatório: Autorização Resolução do Conselho Universitário N° do documento: 05/2024 Data de Publicação: 18/06/2024 Validade: Art. 35 Decreto 5.773/06 (Redação dada pelo Art. 2 do Decreto 6.303/07)	Classificação CINE Brasil Área Geral: Educação (01) Área Específica: Educação (011) Área Detalhada: Formação de Professores em Áreas Específicas (0113) Rótulo CINE: (0113E02) Educação Especial Formação de Professores

1.8 Bases Legais

Esta seção apresenta as bases legais em que se fundamentam este Projeto Pedagógico do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos. Todo o projeto foi pensado visando a atender uma legislação complexa que se dinamiza, ao longo do tempo, a partir de diretrizes, de resoluções e de portarias que vêm delineando, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, cada vez com mais clareza e exigência, as linhas sobre as quais os cursos devem se construir. É nesse sentido que este projeto se alicerça tanto em documentos de referência nacional, quanto em resoluções internas da UFMG. No âmbito nacional, são referências os seguintes documentos:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) – (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014);
- Parecer CNE/CES nº 492/2001, de 03 de abril de 2001 (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Letras);
- Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002 (Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras);
- Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências);
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da

- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e cria a disciplina obrigatória/ optativa de Libras);
- Lei nº 14.191/2021 - sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos;
 - Resolução CNE/CP nº 1/2004 – Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
 - Resolução CNE/CP nº 2/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências; e Decreto nº 4.281/2002, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências; Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e Lei nº 12.764/2012 (institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do artigo 98 da Lei nº 8.112/1990);
 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;
 - Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010 - Núcleo Docente Estruturante (NDE);
 - Resolução nº 7, de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto da Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional da Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências;
 - Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica;
 - Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019 - Oferta de Disciplinas na Modalidade a Distância em cursos de graduação presenciais;
 - Resolução CNE/CP nº 4/2024 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura);
 - Lei nº 11.788/2008 – Estágios Curriculares.

No âmbito da Universidade, pautaram a reformulação deste projeto estes documentos:

- Regimento Geral da UFMG (Resolução Complementar nº 03/2022, de 10 de novembro de 2022, do Conselho Universitário da UFMG);
- Estatuto da UFMG (Resolução nº 04/99, de 04 de março de 1999, do Conselho Universitário da UFMG);
- PDI – UFMG, Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão, disponível em: <https://www.ufmg.br/pdi/2024-2029/>;
- Resolução nº 10/2019, de 10 de outubro de 2019, CEPE/UFMG, que estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG;

- Resolução CEPE nº 10/2018, de 19 de junho de 2018, que reedita com alterações a resolução que cria o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação;
- Normas Gerais da Graduação para todos os cursos UFMG (Resolução Complementar CEPE nº 01/2018, 20 de fevereiro de 2018 - e resoluções comuns correlatas);
- Resolução nº 13/2018, de 11 de setembro de 2018, regulamenta a oferta de atividades acadêmicas curriculares com carga horária a distância nos cursos de graduação presenciais e a distância e revoga a Resolução do CEPE 06/2016, de 10 de maio de 2016.

2. Da Organização didático-pedagógica

2.1 Princípios Teóricos

Considerando a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, no caso dos cursos de licenciatura, como também os estudos sobre as especificidades linguísticas e educacionais da comunidade surda e a legislação da área, este projeto busca conciliar: (i) as necessidades de formação de professores para atuar em diversos níveis e modalidades da educação básica, atendendo às demandas da sociedade atual; e (ii) a importância do reconhecimento político da comunidade surda como grupo linguístico e cultural minoritário, visando à formação de docentes especializados que possam atuar na valorização e difusão da Libras e das culturas surdas nos mais diversos contextos educacionais.

Sendo assim, em consonância com os Princípios da Formação de Profissionais do Magistério estabelecidos na Resolução supracitada, destaca-se a formação dos profissionais docentes, de maneira geral, como um compromisso social e político que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e com a formação de cidadãos éticos e ativos, como também, mais especificamente, com a construção de uma sociedade mais inclusiva e que reconheça e valorize a diversidade. Destaca-se aqui a diversidade linguística e cultural no caso dos surdos usuários da Libras.

Inicialmente, é importante destacar a complexidade do trabalho docente, visto que “a formação inicial de profissionais do magistério da educação escolar básica deve assegurar uma base comum nacional, pautada [...] pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, organizado a partir das práticas como expressão da articulação entre teoria e prática” (BRASIL, 2024, Art. 6º, inciso II). Ressaltam-se também as várias dimensões da ação docente, dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas, que devem ser contempladas no processo de formação para que se possa oportunizar o domínio de conteúdos, metodologias e linguagens diversas, essenciais para a atuação do docente.

A partir do entendimento da especificidade da formação docente, faz-se necessário construir uma base sólida e interdisciplinar nos processos formativos, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que atuarão na formação dos docentes. Isto ganha relevância adicional ao considerarmos uma formação bastante recente e incipiente no Brasil, voltada para atuação na educação bilíngue de alunos surdos. Assim, este projeto precisa considerar aspectos inerentes a: (i) a formação geral do docente em segunda licenciatura; (ii) a formação específica para atuação em contextos bilíngues de alunos surdos; e (iii) a formação específica para o ensino de diferentes conteúdos curriculares em Libras, contemplando-se aspectos linguísticos, sociais, históricos e culturais da comunidade Surda.

Sobre a relevância da dimensão política e cultural do fazer docente, o presente projeto visa à “compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura” e, como tal, à “necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural” (BRASIL, 2019, Art. 6º, inciso IX). Soma-se a isto a importância social da difusão da Libras, que se constituiu como principal artefato cultural das pessoas surdas, de

modo que o uso dessa língua como meio de instrução em diferentes contextos desempenha um importante papel no reconhecimento das culturas surdas.

A matriz curricular do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos congrega atividades acadêmicas curriculares dinâmicas que possam assumir os princípios de formação ética, política e cidadã de seus alunos; a estreita relação entre teoria e prática; a interdisciplinaridade como uma necessidade; uma visão contextualizada do ensino e da aprendizagem; o compromisso com a integração ensino-pesquisa-extensão; e o compromisso com a sociedade.

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, é formar professores bilíngues que atuam na educação de surdos, nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância, capazes de lidar, de forma crítica, com as diferentes condições e situações de uso da Libras no contexto bilíngue, a partir da reflexão sobre seu desenvolvimento histórico, cultural e linguístico na comunidade surda brasileira.

2.2.2 Objetivos Específicos

- formar profissionais, bilíngues, que dominem a língua de sinais e tenham conhecimento da cultura surda, para atuar como professores, pesquisadores, assessores culturais, entre outras atividades afins;
- formar profissionais que compreendam a heterogeneidade constitutiva das experiências surdas, assim como as diferentes representações culturais e identitárias presentes na comunidade surda;
- formar profissionais capazes de refletir sobre os aspectos (meta-)linguísticos da Libras, bem como sobre o ensino de conteúdos e disciplinas, em Libras, em diferentes contextos;
- desenvolver a consciência crítica acerca da situação linguística das pessoas surdas, em especial acerca das políticas linguísticas e educacionais voltadas para a aquisição dessa língua por crianças surdas e sua difusão na sociedade de maneira geral;
- fomentar o estudo, a pesquisa e o ensino de produções culturais e literárias surdas e em línguas de sinais.

2.3 Perfil do Profissional Egresso

O egresso do curso receberá a titulação de “Licenciado em Educação Bilíngue de Surdos”, tornando-se um profissional habilitado para atuar de forma qualificada em contextos educacionais bilíngues, que envolvem a Libras e a Língua Portuguesa. Espera-se que esse profissional demonstre sólida formação teórica e prática, sensível às especificidades linguísticas, culturais e identitárias da comunidade surda, bem como capacidade de planejar, implementar e avaliar práticas pedagógicas bilíngues que assegurem o direito a uma educação de qualidade.

2.3.1 Competências e Habilidades

O graduado no curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos da Faculdade de Letras da UFMG, ao final de seu curso, deve ter desenvolvido as seguintes habilidades específicas:

- compreensão crítica das condições de uso e desenvolvimento da linguagem, em especial da Língua Brasileira de Sinais, a partir da reflexão sobre seu desenvolvimento histórico, cultural e linguístico na comunidade surda brasileira;

- domínio teórico e crítico da perspectiva bilíngue na educação de surdos e do ensino de conteúdos em Libras;
- compreensão do processo de aquisição da linguagem, seja de uma língua oral quanto de uma língua de sinais, de modo a promover uma melhor compreensão dos problemas de ensino e aprendizagem de língua materna e de uma segunda língua;
- domínio crítico de um repertório representativo de produções culturais e literárias surdas e em línguas de sinais;
- uma preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho, incluindo a utilização dos recursos tecnológicos;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem, numa perspectiva bilíngue, em diferentes espaços educacionais;
- domínio das abordagens, métodos e técnicas pedagógicas que favoreçam o ensino bilíngue, em Libras, nos diferentes níveis de ensino.

2.4 Formas de Ingresso

A Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos tem como foco a formação de professores da rede pública de Educação Básica que já se encontram em atuação em diversos contextos educacionais, mas sem formação na área de educação bilíngue de pessoas surdas.

O curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos tem oferta pontual, ofertando 30 vagas, no turno noturno, por meio de edital específico, publicado pela Comissão Permanente de Vestibular - COPEVE/UFMG, distribuídas da seguinte forma:

Categoria	Número de vagas
Professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental I	10
Professores do Ensino Fundamental II	10
Professores do Ensino Médio	10

2.5 Estrutura Curricular

Esta seção apresenta a organização curricular proposta para o curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024). A matriz curricular e o ementário das atividades acadêmicas curriculares encontram-se anexos ao projeto.

O curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos da Faculdade de Letras da UFMG compreende 1830 horas, distribuídas em 5 períodos letivos. O curso perfaz ainda um total de 122 créditos, sendo que cada crédito equivale a um total de 15 horas. Essa carga horária contempla a exigência estabelecida para os núcleos II, III e IV da DCN supracitada, conforme explicitado nos quadros a seguir. O curso é organizado por meio de um único percurso curricular composto por atividades acadêmicas curriculares obrigatórias e por atividades acadêmicas curriculares de estágio curricular.

Percurso: Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos

Núcleo de Integralização	Exigência Normativa	Proposta do Curso
Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (ACCE)	1420 h	1425 h
Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE)	180 h	195 h
Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado	200 h	210 h
Carga horária total	1800 h	1830 h

Quadro de Integralização			
Percorso Curricular	Núcleo Específico		Total
	Obrigatório	Estágio Curricular	
Licenciatura	1620 horas	210 horas	1830 horas

A carga horária total de 1830 horas está distribuída em 5 períodos letivos, conforme disposto a seguir:

Período	Carga horária	Créditos
1º	270 horas	18 créditos
2º	270 horas	18 créditos
3º	315 horas	21 créditos
4º	510 horas	34 créditos
5º	465 horas	31 créditos
Total	1830 horas	122 créditos

Algumas observações precisam ser feitas sobre a distribuição dos créditos curriculares por período do curso, as quais são apresentadas a seguir.

De acordo com as Normas de Graduação da UFMG, a carga horária máxima permitida para cursos noturnos é de 20 horas-aula semanais, correspondentes a 300 horas por semestre letivo. A tabela apresentada mostra que os 3º, 4º e 5º períodos ultrapassam esse limite. No entanto, no 3º período, 75 horas são ofertadas na modalidade EaD; no 4º período, 165 horas; e no 5º, 105 horas também em EaD.

Além disso, nesses dois últimos períodos, os estudantes cursam Estágio Supervisionado 1 e 2, cada um com 105 horas no total. Destas, 45 horas correspondem a encontros com o professor responsável e as 60 horas restantes são cumpridas no campo de estágio.

Assim, ao desconsiderar as 60 horas realizadas fora da UFMG, a carga horária efetiva permanece dentro do limite de 300 horas por semestre letivo.

2.5.1 Representação Gráfica do Currículo

O esquema a seguir apresenta a distribuição das atividades acadêmicas, por semestre letivo:

1º	Fundamentos da Educação Bilingue de Surdos 60 horas	Educação e Desenvolvimento Linguístico-cognitivo de Alunos Surdos 60 horas	Estudos Surdos 60 horas	Libras I 90 horas	
2º	Políticas Linguísticas e Educacionais para Surdos e para a Diversidade 60 horas	Educação Bi/multilíngue de Surdos e Interculturalidade 60 horas	Literatura Surda e Educação Bilingue 60 horas	Libras II 90 horas	
3º	Didática e Educação Bilingue de Surdos 60 horas	Laboratório de Produção de Materiais Didáticos Bilingues I 75 horas	Libras III 90 horas	Práticas Integradoras em Educação Bilingue I 90 horas	
4º	Organização Curricular em Contextos Bilingues para Surdos 120 horas	Laboratório de Produção de Materiais Didáticos Bilingues II 120 horas	Libras IV 105 horas	Práticas Integradoras em Educação Bilingue II 60 horas	Estágio Supervisionado I 105 horas
5º	Educação Escolar Bilingue de Surdos: Modalidade, Fundamentos e Desafios 75 horas	Laboratório de Produção de Materiais Didáticos Bilingues III 120 horas	Libras V 105 horas	Práticas Integradoras em Educação Bilingue III 60 horas	Estágio Supervisionado II 105 horas

2.5.2 Estágio Curricular

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, “[...] o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula” (BRASIL, 2024, Art. 13, inciso IV).

O Estágio Supervisionado do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilingue de Surdos está articulado com disciplinas de Práticas Integradoras II e III. Nesse contexto, as disciplinas de “Práticas Integradoras”, vinculadas aos estágios, têm como propósito articular os conteúdos trabalhados nas atividades acadêmicas curriculares ao longo do semestre, favorecendo a interdisciplinaridade e o desenvolvimento do raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes. Por meio da realização de atividades integradas, os estagiários são incentivados a relacionar teoria e prática, ampliando sua compreensão sobre os processos formativos no contexto da educação bilingue de surdos.

O estágio envolve a observação-participante, a regência e a análise do cotidiano escolar em instituições bilíngues, com foco nas práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto. Durante esse processo, os estudantes observam rotinas, interações comunicativas, estratégias didáticas e elementos curriculares que compõem a prática docente em ambientes bilíngues.

Dessa forma, as disciplinas de Estágio Supervisionado (I e II) e de Práticas Integradoras (II e III) promovem a conexão entre os conteúdos teóricos e as experiências práticas, fortalecendo a formação docente por meio da análise contextualizada das práticas pedagógicas bilíngues. Essa integração favorece a construção de conhecimentos mais significativos, sensíveis à realidade das escolas bilíngues e alinhados às necessidades específicas da comunidade surda.

Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, com duração total de 210 horas, será realizado em duas etapas de 105 horas, conforme descrito a seguir:

LET571-Estágio Supervisionado I
Contemplará a observação participante da educação bilíngue em escolas de educação básica, nos níveis de ensino da educação infantil, do ensino fundamental e/ou médio, onde há práticas de educação bilíngue para alunos surdos.
Ofertante: Faculdade de Letras
Período de oferta: 4º período
Carga horária: 105 horas (teórica = 45 horas /prática = 65 horas)
Ementa: Vivência e análise do cotidiano escolar em instituições bilíngues de educação de surdos, por meio de observação participante das práticas pedagógicas em Libras e Língua Portuguesa. Reflexão crítica sobre currículo, estratégias didáticas e interações comunicativas, articulando teoria e prática na formação docente.

LET572-Estágio Supervisionado II
Contemplará a regência na educação bilíngue em escolas de educação básica, nos níveis de ensino da educação infantil, ensino fundamental e/ou médio, onde há práticas de educação bilíngue para alunos surdos.
Ofertante: Faculdade de Letras
Período de oferta: 5º período
Carga horária: 105 horas (teórica = 45 horas /prática = 65 horas)
Ementa: Regência em contextos bilíngues de educação de surdos, com ênfase na atuação direta em sala de aula e na condução de práticas pedagógicas em Libras e em Língua Portuguesa. Desenvolvimento de atividades de planejamento, implementação e avaliação de estratégias didáticas, articulando teoria e prática.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, as horas de estágio devem ser distribuídas ao longo de todo o programa de formação, iniciando já no primeiro semestre do curso.

Entretanto, cabe esclarecer que, pelas características específicas da oferta do curso, que se dá de forma pontual e vinculada ao Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE, e sobretudo, pelo fato de que, no momento dessa reformulação curricular, os estudantes já se encontram em etapa intermediária da formação, os estágios curriculares foram alocados nos dois últimos semestres letivos da matriz curricular, correspondentes ao 4º e 5º períodos do curso.

2.5.3 Formação em Extensão Universitária

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Por meio da extensão, a universidade materializa sua função pública, colabora e participa da comunidade ao seu redor, como também, troca e compartilha conhecimentos e saberes entre estudantes, professores e técnico-administrativos em educação com outros setores sociais.

A extensão quando contempla em sua concepção, estruturação e prática a interação dialógica, construtiva e transformadora da comunidade acadêmica com os demais setores da sociedade; a participação dos estudantes, marcada e constituída pela experiência dos seus conhecimentos de forma contextualizada e conectada com as questões contemporâneas, estimulando sua formação acadêmico-profissional-cidadã.

A Formação em Extensão Universitária é compreendida na UFMG como um conjunto de atividades acadêmicas curriculares, que permitem a integralização de carga horária nos percursos curriculares dos cursos de graduação por meio da participação dos estudantes em atividades de extensão universitária, conforme as normas e diretrizes vigentes. As seguintes modalidades de atividade de extensão poderão compor a Formação em Extensão Universitária: I - projeto de extensão; II - programa de extensão; III - prestação de serviço; IV - curso; e V - evento.

A estrutura curricular do curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos prevê formação em extensão universitária, por meio de atividades extensionistas, conforme disposto nas Resoluções:

- Resolução nº 7, de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto da Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional da Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Resolução nº 10/2019, de 10 de outubro de 2019, CEPE/UFMG, que estabelece diretrizes curriculares para a integralização de atividades acadêmicas curriculares de Formação em Extensão Universitária nos cursos de graduação da UFMG.

Conforme estabelecido pela Resolução CEPE nº 10/2019, de 10 de outubro de 2019, as atividades de extensão deverão seguir as seguintes diretrizes:

A estrutura curricular de cada curso de graduação deverá prever a integralização do percentual mínimo de 10% (dez por cento) da sua carga horária total por meio da Formação em Extensão Universitária (Art. 3º).

Nesse contexto, com base nas resoluções apresentadas anteriormente, tem-se que 10% da carga horária total do curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos (1.830 horas), nesse caso 195 horas, deverão ser destinadas a atividades de extensão.

As atividades de Formação em Extensão Universitária, serão contempladas no âmbito de disciplinas, que estão articuladas a atividades de extensão universitária. Essas disciplinas foram elaboradas, pensando em oferecer aos graduandos oportunidades de formação com uma efetiva e concomitante relação entre teoria e prática extensionista, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência. Assim, os componentes curriculares que compreendem as atividades em extensão universitária são:

- Disciplinas voltadas para a confecção, elaboração e aplicação de materiais didáticos, com uso de recursos tecnológicos digitais aplicados à educação bilíngue de surdos.
- Práticas Integradoras em Educação Bilíngue, voltadas para a articulação das práticas de estágio, produção de materiais didáticos e projetos de intervenção e aplicação no ambiente escolar.

A lista de disciplinas que compõem as atividades de extensão é fornecida a seguir:

LET566- Laboratório de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues I	
Carga Horária: 75 horas	Natureza: Obrigatória Período de oferta: 3º
Ementa: O papel das tecnologias digitais no ambiente educacional e seus usos na educação bilíngue de surdos. Recursos tecnológicos digitais como ferramentas de apoio à aprendizagem. <i>Softwares</i> educacionais livres para produção de materiais didáticos voltados ao ensino bilíngue de surdos. Metodologias específicas para uso de recursos tecnológicos digitais em sala de aula. Direitos humanos, ambientais e diversidades: étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, na produção de materiais didáticos. Desenvolvimento de atividades de forma articulada com projetos de extensão.	
Atividade de extensão	Produção de Materiais Didáticos de PL2 para alunos surdos dos anos finais do Ensino Fundamental
N.º de registro no SIEX	Aguardando aprovação do CENEX
Descrição	O principal objetivo do projeto é planejar, produzir e disponibilizar materiais didáticos visuais, acessíveis e adequados ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua (PL2) para estudantes surdos dos anos finais do Ensino Fundamental, promovendo práticas pedagógicas bilíngues que respeitem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e contribuam para a aprendizagem, inclusão e valorização da identidade surda no ambiente escolar.

LET567-Práticas Integradoras em Educação Bilíngue II	
Carga Horária: 60 horas	Natureza: Obrigatória Período de oferta: 4º
Ementa: Análise e desenvolvimento de materiais didáticos, de diferentes conteúdos, para pessoas surdas. Análise das necessidades de diferentes aprendizes. Definição dos objetivos e conteúdo. Aplicação do material e revisão. Articulação com as novas tecnologias da informação e comunicação. Desenvolvimento de atividades de forma articulada com projetos de extensão.	
Atividade de extensão	Produção de Materiais Didáticos Bilíngues para a Educação de Surdos
N.º de registro no SIEX	Aguardando aprovação do CENEX
Descrição	O projeto <i>Produção de Materiais Didáticos Bilíngues para a Educação de Surdos</i> tem como finalidade desenvolver recursos pedagógicos para diversas áreas do conhecimento, incluindo Matemática, Biologia, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências Humanas, Linguagens e demais componentes curriculares da educação básica. A iniciativa busca suprir a carência de materiais bilíngues específicos para estudantes surdos e fortalecer práticas pedagógicas alinhadas à proposta de escolas e salas de aulas bilíngues de surdos. Além da produção de materiais visuais, digitais e impressos, o projeto também visa contribuir para a formação inicial e continuada de professores que atuam ou pretendem atuar na educação de surdos.

LET574-Práticas Integradoras em Educação Bilíngue III	
Carga Horária: 60 horas	Natureza: Obrigatória Período de oferta: 5º
Ementa: Integração dos conteúdos das atividades acadêmicas curriculares estudadas no semestre letivo. Realização de atividades que integram os conteúdos, com vistas ao desenvolvimento da interdisciplinaridade e ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes. Desenvolvimento de atividades de forma articulada com projetos de extensão.	
Atividade de extensão	Produção de Materiais Didáticos Bilíngues para a Educação de Surdos
N.º de registro no SIEX	Aguardando aprovação do CENEX
Descrição	O projeto <i>Produção de Materiais Didáticos Bilíngues para a Educação de Surdos</i> tem como finalidade desenvolver recursos pedagógicos para diversas áreas do conhecimento, incluindo Matemática, Biologia, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências Humanas, Linguagens e demais componentes curriculares da educação básica. A iniciativa busca suprir a carência de materiais bilíngues específicos para estudantes surdos e fortalecer práticas pedagógicas alinhadas à proposta de escolas e salas de aulas bilíngues de surdos. Além da produção de materiais visuais, digitais e impressos, o projeto também visa contribuir para a formação inicial e continuada de professores que atuam ou pretendem atuar na educação de surdos.

Os conteúdos básicos do curso estão articulados aos conteúdos que caracterizam a formação profissional no curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos. Nesse sentido, de acordo com as Diretrizes Nacionais e com as Resoluções supracitadas, a definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências busca contemplar, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica para a formação do professor, propiciar a inserção dos alunos no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, de modo a contemplar as especificidades da educação bilíngue para pessoas surdas; o conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação; os conteúdos das áreas de conhecimento que serão objeto de ensino; o conhecimento pedagógico; o conhecimento advindo da experiência.

2.5.4 Oferta de atividades acadêmicas curriculares na modalidade a distância

A Portaria do MEC de nº 2.117 de 6 de dezembro de 2019 e a Resolução CEPE nº 13/2018 tratam da oferta de atividades curriculares a distância. Na referida Portaria, é permitida a oferta de 40% de atividades a distância; enquanto a Resolução CEPE permite o limite de 20%. Assim, consideramos este valor para a oferta de atividades a distância. O presente Projeto Pedagógico prevê a realização das seguintes disciplinas na modalidade a distância.

Relação de Atividades com Carga Horária a Distância						
Código	Atividade Acadêmica Curricular	Carga Horária				
		Presencial		A Distância		CH To- tal
		Teórica	Prática	Teórica	Prática	
LET566	Laboratório de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues I	60	0	15	0	75
LET563	Laboratório de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues II	60	0	0	15	75
LET574	Laboratório de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues III	60	0	60	0	120
LET561	Práticas Integradoras em Educação Bilíngue I	15	0	75	0	90
LET565	Práticas Integradoras em Educação Bilíngue II	30	0	30	0	60
LET576	Práticas Integradoras em Educação Bilíngue III	45	0	15	0	60
LET570	Organização Curricular em Contextos Bilíngues para Surdos	60	0	60	0	120

LET573	Educação Escolar Bilíngue de Surdos: Modalidade, Fundamentos e Desafios	60	0	15	0	75
LET564	Libras IV	90	0	15	0	105
LET575	Libras V	90	0	15	0	105

Percentual de carga horária não presencial em relação à carga horária total do curso: 18%

Assim, o total máximo de carga-horária a distância prevista em todo o curso perfaz 315h (trezentas e sessenta horas). Essa carga-horária corresponde a 18% da carga-horária total de 1.830h do curso.

Como a oferta das atividades didáticas se dará somente para uma única turma de 30 alunos, os professores regentes responsáveis pelas disciplinas acima elencadas assumirão as responsabilidades: (i) de elaboração do conteúdo das disciplinas; (ii) como também as atividades de acompanhamento dos alunos, tradicionalmente realizadas por tutores na educação a distância.

A área de Libras da FALE-UFMG, como exposto no item 2.1.1 deste projeto, tradicionalmente atua em disciplinas a distância, especialmente a disciplina de Fundamentos de Libras, ofertada a todos os cursos da UFMG desde 2010, na modalidade EaD. Com isso, a área acumulou uma experiência de 13 anos de atuação na educação a distância, muitos dos professores da área desenvolveram expertise em Educação a Distância (EaD) e no uso de recursos tecnológicos que favorecem os processos de ensino-aprendizagem nessa modalidade. Dessa forma, os professores da área de Libras com mais experiência em EAD atuarão na oferta dessas disciplinas.

2.5.5 Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem

O *Moodle*, cujo acesso se dá pelo portal do *MinhaUFMG*, é o ambiente virtual de aprendizagem utilizado na Instituição e que será também utilizado pelos alunos do curso. É um sistema que integra professores, alunos e funcionários num mesmo ambiente virtual. Cada estudante possui uma conta individual que lhe permite o acesso a várias aplicações e sistemas de forma integrada, como o *e-mail @ufmg*, UFMG Virtual - *Moodle* (usada como apoio *online* às atividades acadêmicas), diário de classe, notícias, entre outros.

O ambiente virtual de aprendizagem UFMG Virtual – *Moodle* é utilizado em todas as disciplinas independente da modalidade da oferta (presencial, semipresencial ou EaD). É nesse espaço em que os professores compartilham o cronograma da disciplina, textos e referências, realizam atividades e até mesmo avaliações. Especificamente em relação ao uso da Libras, o UFMG Virtual – *Moodle* pode ser utilizado pelos professores para a realização de atividades variadas em Libras, por meio do compartilhamento de vídeos, podendo ser incorporados em roteiros de aula, questionários, tarefas, fóruns etc.

2.6 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem

O acompanhamento e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem constituem dimensões essenciais da prática pedagógica e devem estar integrados a todas as etapas do percurso formativo. A avaliação não se limita às verificações periódicas ou aos instrumentos de mensuração formal, como provas e testes. Ao contrário, deve compor um processo contínuo que contemple tanto a avaliação formativa quanto a avaliação somativa, garantindo uma visão abrangente do desenvolvimento dos estudantes.

A avaliação formativa acontece de maneira processual e permanente, acompanhando o desenvolvimento dos alunos ao longo das atividades pedagógicas. Ela pode assumir diferentes modalidades (interativa, retroativa, proativa) e tem como objetivo fundamental orientar o ensino, promover a autorregulação da aprendizagem e identificar dificuldades em tempo oportuno. Nesse contexto, busca-se compreender se os conteúdos trabalhados estão sendo

transformados em competências e habilidades efetivas, bem como verificar a capacidade dos estudantes de aplicar conhecimentos a novos contextos, resolver situações-problema e realizar tarefas originais.

Para isso, a avaliação formativa deve envolver interação constante entre professores e alunos, análise das produções dos estudantes e adequação contínua das estratégias didáticas aos avanços e desafios identificados. A regulação pedagógica se materializa por meio de orientações, devolutivas qualificadas e implementação de ações de reforço ou aprofundamento, quando necessário. Atividades colaborativas, pesquisas, trabalhos de campo, estudos de caso, debates e projetos integradores — sempre ancorados na resolução de problemas contextualizados — constituem práticas fundamentais nesse tipo de avaliação. Além disso, a avaliação formativa contribui para o desenvolvimento da metacognição, da autonomia e da participação ativa dos estudantes no acompanhamento do próprio aprendizado.

Por sua vez, a avaliação somativa ocorre ao final de um ciclo, unidade ou etapa do processo de ensino, com a atribuição de notas ou conceitos. Sua finalidade consiste em verificar em que medida os estudantes alcançaram as competências e habilidades previstas no planejamento pedagógico. Para além da simples mensuração, a avaliação somativa deve permitir que professores e alunos analisem os resultados obtidos, identifiquem obstáculos, reflitam sobre os erros cometidos e compreendam os processos cognitivos envolvidos na resolução das atividades.

As estratégias de avaliação somativa devem, portanto, ser capazes de revelar raciocínios, modos de pensar e representações mentais dos estudantes, evitando práticas reduzidas ao mero reconhecimento ou reprodução de conceitos. Por se tratar de uma avaliação de resultados, ela constitui instrumento indispensável para a reorientação das práticas pedagógicas, para o aprimoramento do ensino e para a proposição de novos desafios ao aprendiz.

A avaliação, em todas as suas formas, deve promover transparência, diálogo e corresponsabilidade, favorecendo uma cultura avaliativa ética e formadora. Ao resultar em classificações ou notas, a avaliação somativa exige critérios coerentes com os objetivos da disciplina, do curso e com o perfil de competências e habilidades esperado do egresso, assegurando que o processo avaliativo seja justo, consistente e alinhado ao projeto pedagógico.

2.7 Abordagem sobre direitos humanos, educação ambiental e educação para as relações étnico-raciais

A abordagem das questões relacionadas à educação para as relações étnico-raciais, aos direitos humanos e à educação ambiental tem como base as seguintes exigências legais: (i) Resolução CNE/CP 1/2004, que versa sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; (ii) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012; e (iii) Resolução CNE/CP 2/2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

A partir desse embasamento legal, todas as questões apresentadas anteriormente são abordadas de forma transversal ao longo do curso. Contudo, destacamos duas disciplinas que atendem, de forma específica, às exigências legais referentes às temáticas, a saber: (i) LET554 - Políticas Linguísticas e Educacionais para Surdos e para a Diversidade e (ii) LET566 - Laboratório de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues I, visto que é possível refletir sobre as relações étnico-raciais, os direitos humanos e a educação ambiental, ao tratar de Políticas Linguísticas, bem como na produção de materiais didáticos.

2.8 Políticas Institucionais

2.8.1 Políticas de Acessibilidade e Inclusão

Este PPC tem em vista as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida previstas em diversos instrumentos citados no item 1.4 (Requisitos legais e normativos), a saber: CF/88, art. 205, 206 e 208; NBR 9050/2004, da ABNT; Lei nº 10.098/2000; Decreto nº 5296/2004; Decreto nº 6949/2009; Decreto nº 7611/2011 e Portaria nº 3.284/2003, que dispõem sobre as condições de acessibilidade para todas as pessoas com deficiências; além da Lei nº 10.436/2002 e do Decreto nº 5.626/2005, que a regulamenta, que tratam especificamente das condições especiais de acesso que devem ser garantidas às pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Dentre as disposições contidas nesses instrumentos, o Art. 14 do Decreto nº 5.626 estabelece que:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2015, s. p.).

Portanto, este projeto também considera a importância da inclusão de alunos, surdos ou ouvintes, e com qualquer deficiência, visando ao fomento de estratégias didáticas e educacionais voltadas para a inclusão educacional. Pretende-se também estabelecer um constante diálogo com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFMG, com vistas ao desenvolvimento de ações conjuntas para a promoção da inclusão dos alunos com deficiência.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMG (2024-2029), a inclusão na universidade hoje ocorre sob o manto de uma política institucional, que se processa sob a coordenação do NAI, que tem como responsabilidade a proposição, organização e coordenação e execução de ações para assegurar a inclusão, eliminando ou reduzindo barreiras pedagógicas, arquitetônicas, à comunicação e ao acesso à informação. O trabalho é voltado para o atendimento de estudantes com deficiência matriculados nos diferentes níveis de ensino e servidores da UFMG e tem sido realizado com base nos princípios: conhecimento da população com deficiência; acompanhamento *in loco* dessas pessoas; diálogo com outras instituições; parceria com todas as instâncias da Universidade contribuindo para uma ação interdisciplinar; estímulo à formação de profissionais para a educação inclusiva; incentivo à construção do conhecimento sobre a temática.

É importante ressaltar que a deficiência faz parte da condição humana e resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária. Dessa forma, o papel do NAI envolve, em sua essência, identificar barreiras e facilitadores; implementar ações que promovam o acesso, a permanência, a participação e pertencimento; com vistas a mudar espaços, tempos, relações, procedimentos e processos no cotidiano da Universidade.

2.8.2 Políticas e Programas de Pesquisa e Extensão

A pesquisa constitui, dentro da proposta pedagógica do curso, eixo fundamental que ajuda a estruturar o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que ensinar requer dispor de conhecimentos, refletir criticamente sobre eles e mobilizá-los para a ação. Mais do que identificar os conhecimentos existentes, o que seria simples tarefa de reconhecimento, é preciso compreender o processo de construção do conhecimento, seus fundamentos históricos, sociais e epistemológicos.

O processo de ensino e aprendizagem deve ser orientado por um princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problema como uma das estratégias didáticas privilegiadas. Nesse sentido, e em

harmonia com as Diretrizes Nacionais Curriculares, a dimensão da pesquisa na construção da proposta pedagógica curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos não constitui apenas um espaço de ação institucional, mas antes, assume o papel de uma prática integrada ao próprio processo de ensinar e de aprender, perpassando todos os momentos da formação. Deve estar presente na extensão, através das ações reflexivas sobre cada atividade; deve estar presente na sala de aula, nas práticas reflexivas sobre os conhecimentos, no processo de avaliação formativa, como o momento de desenvolvimento do raciocínio lógico e da capacidade de resolução de problemas. Entende-se, portanto, a pesquisa, como uma dimensão constitutiva da formação.

Institucionalmente, a pesquisa tem seus lugares específicos de inscrição e de organização, quando são reunidas em projetos pontuais, com objetos pré-definidos e sob orientação docente, tais como os programas de iniciação científica, de iniciação à extensão e iniciação à docência.

Assim, todos os professores da área de Libras possuem projetos de pesquisa cadastrados na Câmara de Pesquisa da FALE. Esses projetos de pesquisa têm resultado na orientação de alunos de iniciação científica (bolsistas ou por meio da Programa de Iniciação Científica Voluntária), trabalhos de monografia de alunos do curso de Letras e também de outros cursos, produção científica diversa (apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais, no país e no exterior, publicação de artigos, capítulos de livros, textos em anais etc.).

Além disso, foi criado, em junho de 2014, o grupo de pesquisa denominado de “Núcleo de Estudos em Libras, Surdez e Bilinguismo” (NELiS). Esse grupo está cadastrado no CNPq e seus principais objetivos são: divulgação de pesquisas sobre a surdez e a Libras; promoção de palestras e minicursos, buscando formação e aperfeiçoamento de profissionais que atuam na área; apoio à formação de estudantes de graduação e pós-graduação que se interessem pela temática e fortalecimento da área de Libras na UFMG. As linhas de pesquisa desenvolvidas são: Descrição e análise das línguas de sinais; Educação bilíngue para Surdos e Ensino-aprendizagem de línguas e Tradução e interpretação em Libras/Português. Sua organização e funcionamento obedecem à regulamentação do Regimento Interno da Faculdade de Letras. Seu desenvolvimento está intimamente relacionado aos projetos de pesquisa e à organização dos pesquisadores da área de Libras e dos diferentes problemas de pesquisa associados aos estudos sobre a Libras, temas relacionados à surdez e ao Bilinguismo. O NELiS é um espaço integrador dos alunos da FALE – e também de alunos de outras áreas da UFMG – aos projetos de pesquisa desenvolvidos por seus pesquisadores.

Destaca-se, ainda, que a área de Libras conta com quatro professores credenciados no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslin/FALE).

Em relação às ações de extensão da Faculdade de Letras, estas giram em torno do Centro de Extensão da Unidade (CENEX-FALE), que tem como objetivo o intercâmbio dos conhecimentos produzidos pela Faculdade e a comunidade em que está inserida. O CENEX-FALE possui uma trajetória de mais trinta anos de serviços prestados à comunidade e, principalmente, à formação didática do próprio aluno do Curso de Letras. Entre os serviços mais divulgados estão os cursos de línguas clássicas e modernas do CENEX/FALE, que são ministrados por estagiários selecionados dentre os alunos do Curso de Letras para participar do Programa de Formação de Professores, supervisionados por docentes da FALE, por meio de visitas às salas de aula, reuniões e grupos de estudo. A prática da docência nesses cursos conta como créditos para o currículo do aluno, de acordo com o projeto pedagógico de formação de professores integrado ao ensino, à pesquisa e à extensão da UFMG. O Programa permite ainda a participação de alunos da Pós-Graduação e de ex-alunos da Faculdade de Letras, envolvendo uma média semestral de 2.200 alunos da comunidade interna e externa à UFMG, 120 professores-estagiários e 15 professores-supervisores. Os alunos contam com o

acervo de materiais didáticos do setor Multimeios (livros, fitas, CDs etc.), além do serviço de plantão (aula de reforço) como ferramentas de apoio ao seu desenvolvimento.

O CENEX/FALE oferece ainda o curso de Libras em cinco níveis, a saber: básico inicial 1, 2 e 3 e pré-intermediário 1 e 2. O curso iniciou-se no ano de 2007, sendo que apenas o Básico 1 (à época chamado de Libras 1) era oferecido. À medida que as turmas foram sendo formadas, percebeu-se a necessidade de ampliação do curso, disponibilizando, assim, novos estágios. Desde a sua implantação, no segundo semestre de 2007, até o ano letivo de 2015, o curso de Libras recebeu um total de 1964 alunos. Já no primeiro semestre de 2016, as turmas de Libras contaram com um total de 152 alunos matriculados. Atualmente, as turmas de Libras dos cursos do CENEX/FALE contam com 6 turmas e, aproximadamente, 45 alunos.

É preciso apontar, por fim, a relevância do CENEX enquanto um espaço que possibilita uma prática de ensino aos alunos em formação, supervisionados por um docente da Faculdade de Letras. Quanto ao curso de Libras, este tem servido como uma excelente oportunidade de inserção e formação de professores surdos na FALE; uma vez que todos os professores que atuam nas turmas de Libras do CENEX são surdos graduandos em outras instituições de ensino ou, ainda, professores surdos já formados contratados para ministrar aulas no curso.

Além dos cursos de Libras do CENEX, a área de Libras, por meio de seus professores/pesquisadores, vem desenvolvendo alguns projetos, cursos e atividades de Extensão, como, por exemplo:

- Abordagem interdisciplinar nas práticas educativas em doenças crônicas: tradução e adequação cultural de instrumentos;
- Ações afirmativas em prol da Acessibilidade: Audiodescrição;
- Atividades de extensão do NELiS;
- Ciclo de debates do NELiS;
- I Colóquio de interpretação de Línguas de Sinais em contextos comunitários: saúde, educação & justiça;
- Curso de capacitação para intérpretes educacionais da rede municipal de Belo Horizonte;
- Curso de leitura e produção de textos para surdos;
- Curso de Libras para a comunidade do Centro Pedagógico da UFMG;
- Desenvolvimento de materiais didáticos para o ensino de português como L2 para surdos;
- O ensino da literatura surda na formação de professores surdos;
- Formação de professores de português como Segunda Língua para alunos surdos;
- Inclusão social: os sujeitos e suas necessidades especiais;
- Libras – curso de Língua Brasileira de Sinais;
- Libras a distância;
- Mostra surdez em cena;
- Palestra comemorativa do aniversário da Lei de Libras;
- Programa de formação de professores em Línguas Clássicas e Modernas – CENEX/FALE/UFMG;
- Projeto de Cursos de Libras;
- ProTILS – Projeto de Capacitação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais;
- III Workshop Interinstitucional do Projeto Empoder@ - Modelagem da Linguagem no Desenvolvimento de Aplicativos Acessíveis para o Autocuidado em Saúde.

2.8.3 Políticas e Programas de Ensino

O ensino no Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos está estruturado segundo princípios que articulam a complexidade do trabalho docente, a especifici-

dade linguística e cultural da comunidade surda, além das diretrizes legais contemporâneas para a formação de professores. Nessa perspectiva, o currículo do curso foi concebido de modo a assegurar uma formação sólida, crítica e interdisciplinar, promovendo a articulação entre teoria e prática e reconhecendo a docência como uma atividade de natureza ética, política, estética, técnica e cultural.

Um primeiro princípio orientador consiste no reconhecimento da surdez como diferença linguística e cultural, e não como deficiência. Essa escolha epistêmica e política, sustentada pela perspectiva socioantropológica da surdez, fundamenta toda a organização curricular. Assim, o ensino adota a Libras como eixo estruturante da formação docente, compreendendo-a como primeira língua dos estudantes surdos e como principal artefato cultural da comunidade surda. Desse modo, o currículo promove o desenvolvimento das competências linguísticas necessárias para o uso qualificado da Libras como língua de instrução e como meio de mediação dos diferentes conteúdos escolares.

Outro princípio orientador é a inter e transdisciplinaridade entre os campos da Linguística Aplicada, da Educação e dos Estudos Surdos. Essa integração busca garantir que o professor em formação compreenda as múltiplas dimensões da educação bilíngue de surdos, situando o ensino tanto nos debates teóricos contemporâneos quanto nas práticas pedagógicas específicas que envolvem esse contexto de ensino.

A concepção do currículo é também orientada pela articulação indissociável entre teoria e prática, princípio reiterado pela Resolução CNE/CP nº 4/2024. O curso organiza atividades que permitem ao estudante compreender o trabalho docente a partir das práxis, em que a reflexão crítica sobre a ação se articula com a execução consciente e fundamentada das atividades pedagógicas, nas quais o estudante observa, participa e intervém em contextos reais de educação bilíngue, analisando demandas, desafios e possibilidades de atuação.

Outro princípio fundamental é o compromisso social e político da formação docente, compreendendo os professores como agentes de transformação e difusão de conhecimento, cultura e linguagens. O ensino no curso assume, portanto, o papel de contribuir para uma educação mais efetiva, democrática e equitativa, alinhada às políticas de reconhecimento da diversidade e ao marco legal que institui a educação bilíngue de surdos como modalidade própria (Lei nº 14.191/2021). Assim, espera-se que os futuros docentes se tornem profissionais capazes de atuar na defesa dos direitos linguísticos da comunidade surda e na promoção de práticas educacionais que valorizem suas identidades, culturas e produções simbólicas.

Adicionalmente, o currículo se sustenta no princípio da formação articulada à pesquisa e à extensão, de modo que o ensino ultrapassa o espaço da sala de aula, ampliando sua capacidade de compreensão crítica da realidade escolar e fortalecendo sua atuação em diferentes níveis e contextos educacionais.

Por fim, o curso adota como princípio a adequação curricular às demandas reais das redes públicas, observando dados concretos sobre número de estudantes surdos e de profissionais atuantes. A formação oferecida busca, portanto, responder diretamente às necessidades formativas identificadas no diagnóstico realizado junto às redes municipal e estadual, contribuindo para suprir a carência histórica de professores especializados em educação bilíngue de surdos e para qualificar as práticas já existentes.

Assim, o ensino no Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos articula fundamentos teóricos, práticas pedagógicas contextualizadas, compromisso ético-político e formação linguística sólida, configurando-se como um espaço de formação crítica, inclusiva e culturalmente situada para docentes que atuarão com e para a comunidade surda.

2.7.4 Políticas e Programas de Apoio Docente

O Edital nº 23/2023 que estabelece as normas de seleção de propostas de Instituições de Ensino Superior (IES) para a oferta de vagas para a formação de professores no âmbito do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica

(PARFOR EQUIDADE), prevê a concessão do pagamento de bolsa mensal para discentes, sem vínculo empregatício, durante a vigência do curso, no valor de R\$700,00, observando a seguinte especificação:

1 (uma) cota mensal, durante a vigência do curso, para cada estudante indígena, pardo, preto, quilombola e das populações do campo, assim como pessoa surda ou pertencente ao público-alvo da educação especial, regularmente matriculado em curso do PARFOR EQUIDADE (CAPES, 2023, p. 9).

Além da previsão de concessão de bolsas, prevista em edital, a UFMG, como toda universidade pública, tem a responsabilidade de incluir socialmente as pessoas por meio da educação superior. Independentemente do fato de terem ou não necessidades educacionais especiais, é seu dever trabalhar para que todos os seus alunos alcancem um melhor aproveitamento em todas as atividades acadêmicas curriculares oferecidas no curso.

A proposta pedagógica do curso prevê o acompanhamento dos estudantes surdos por intérpretes de língua de sinais em atividades como: aulas com professores não proficientes na Libras, atividades práticas, laboratórios, palestras etc. O intérprete de Libras atua como um canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, os colegas e a equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como intérprete entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares. Entretanto, seu papel se limita às funções comunicativas, sendo imprescindível a interação dos professores com os seus alunos. O intérprete não substitui a função do professor em sala de aula ou fora dela: ele é um apoio para o relacionamento entre o professor, colegas e equipe e o aluno surdo.

Os alunos do curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos também têm acesso a políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil, especialmente aquelas implementadas pela Pró-Reitoria de Graduação, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e pela Fundação Universitária Mendes Pimentel, com o intuito de auxiliar no desenvolvimento acadêmico e na permanência na universidade.

3. Da Organização administrativa do curso e suas formas de gestão

3.1 Gestão do Curso

Esta seção apresenta a forma de organização colegiada para a gestão do curso. Traz as normas, regulamento, atribuições do Coordenador do Colegiado; a relação nominal dos docentes da área de Libras da FALE, incluindo sua titulação; discute a composição do NDE, em atendimento à Portaria do MEC nº 147/2007 e à Resolução CEPE/UFMG nº 15/2011, além da concessão de bolsas da CAPES para a IES (Instituição de Ensino Superior) responsável por ministrar o curso.

3.1.1 Comissão Coordenadora

A Resolução Complementar Nº 01/2018, de 20 de fevereiro de 2018, que aprova as normas gerais de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dispõe, no Capítulo V, acerca da oferta dos cursos de oferta pontual. No Art. 65, temos que os cursos de oferta pontual serão geridos academicamente: I - pelo colegiado de cursos de graduação que lhe seja afim ou análogo; ou II - por uma Comissão Coordenadora cuja composição seja definida em seu Regulamento. Nesse contexto, considerando que o curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos é um curso de oferta pontual, regido pelo Edital da Capes PARFOR/ Equidade nº 23/2023, as decisões relativas ao curso e sua gestão são tomadas por uma Comissão Coordenadora, com coordenação *pro tempore*. Desse modo, a

composição da Comissão para a tomada de decisões específicas em relação ao curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue é composta pelos seguintes representantes:

- 01 Coordenação (*pro tempore*);
- 01 Subcoordenação;
- 02 Representantes docentes (titular e suplente) da área de Libras;
- 02 Representantes docentes (titular e suplente) da área de Linguística Aplicada;
- 02 Representantes discentes (titular e suplente) nos termos do Estatuto da UFMG.

Entre as principais funções da Comissão, destacam-se: coordenar e orientar as atividades do curso; elaborar pré-requisitos, créditos e disciplinas para o currículo do curso; avaliar representações e recursos sobre matéria didática; representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar; e deliberar sobre questões relativas à matrícula e dispensa de disciplinas.

3.1.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), instância de caráter consultivo, tem sua composição e atribuições definidas de acordo com a Resolução nº 10/2018, do CEPE, em consonância com a Portaria nº 147/2007 e com a Resolução nº 1, de 17/06/2010, do Conaes. No âmbito do curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, o NDE é formado por I- Presidente; II – Coordenador do Colegiado (membro nato); III – Docente da área de Libras; IV – Docente representando as áreas de Linguística e de Linguística Aplicada.

3.2 Avaliação

A avaliação é uma parte integrante do processo de formação e possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. A avaliação deve cumprir prioritariamente uma função pedagógica e formativa, gerar informações úteis para a adaptação das atividades de ensino-aprendizagem às necessidades dos alunos e aos objetivos de ensino. O objetivo de toda avaliação é gerar e gerir retro informação seja para a ação do professor em sala de aula, seja para a gestão acadêmica. A proposição de atividades avaliativas deve fazer interagir os conhecimentos prévios dos educandos em contextos novos de aplicação e de reflexão. Assim, é inegável a importância da avaliação, tanto para o aluno como para o professor. Além disso, é também inegável a necessidade da avaliação, seja como elemento do processo de construção do conhecimento, seja como elemento de gestão de um projeto pedagógico.

3.2.1 Avaliação do Curso

A avaliação é um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais. Nesse sentido, no curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, a avaliação ocorrerá nas seguintes dimensões: avaliações do corpo discente; avaliações do corpo docente; a avaliação interna; e as avaliações externas.

3.2.2 Avaliações do Corpo Discente

A avaliação do corpo discente no Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos está em conformidade com as Normas Gerais da Graduação da UFMG, que estabelecem critérios objetivos para acompanhamento do desempenho acadêmico, registro de assiduidade e definição de aprovação ou reprovação em cada atividade curricular. Esses parâmetros asseguram transparência, equidade e padronização no processo avaliativo, contribuindo

do para a qualidade da formação oferecida e garantindo que todos os estudantes sejam avaliados segundo os mesmos princípios institucionais. A seguir, apresentam-se os critérios e procedimentos que orientam a avaliação discente, conforme as determinações vigentes. Segundo as Normas Gerais da Graduação da UFMG:

Art. 12. A avaliação do desempenho do estudante em atividade acadêmica curricular cuja forma de acesso seja matrícula prévia compreenderá:

- I - uma nota, expressa como um número inteiro em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem);
- II - a indicação de assiduidade, classificada como suficiente ou insuficiente, nos termos do art. 11; e
- III - a indicação de aprovação, nos casos em que se verificarem nota maior ou igual a 60 (sessenta) e assiduidade suficiente, ou de reprovação, caso a nota seja menor que 60 (sessenta) ou a assiduidade seja insuficiente (UFMG, 2018, p. 5).

Além disso, o § 3º deste documento apresenta um conceito que se associa a cada avaliação, de acordo com a seguinte escala:

- I - 90 (noventa) a 100 (cem) pontos e assiduidade suficiente: conceito A;
- II - 80 (oitenta) a 89 (oitenta e nove) pontos e assiduidade suficiente: conceito B;
- III - 70 (setenta) a 79 (setenta e nove) pontos e assiduidade suficiente: conceito C;
- IV - 60 (sessenta) a 69 (sessenta e nove) pontos e assiduidade suficiente: conceito D;
- V - 40 (quarenta) a 59 (cinquenta e nove) pontos e assiduidade suficiente: conceito E; ou
- VI - abaixo de 40 (quarenta) pontos ou assiduidade insuficiente: conceito F (UFMG, 2018, p. 6).

As Normas Gerais da Graduação também preveem que “cada avaliação em atividades acadêmicas curriculares do tipo disciplina poderá ser valorizada, no máximo, em 40 (quarenta) pontos” (UFMG, 2018, p. 6), sendo que o estudante que obtiver conceito E, poderá realizar exame especial, seguindo as prerrogativas:

§ 1º O exame especial, realizado em prazo previsto no calendário escolar, consiste em nova atividade avaliativa, que vise possibilitar melhoria da nota final obtida.

§ 2º A nota final na atividade acadêmica curricular será:

- I - igual a 60 (sessenta), caso a nota no exame especial seja maior que ou igual a 60 (sessenta);
- II - igual à do exame especial, caso esta seja menor que 60 (sessenta) e maior que a nota anterior; e
- III - igual à nota anterior, caso esta seja maior que a do exame especial (UFMG, 2018, p. 6).

Ademais, o Art. 11 prevê que “a assiduidade do estudante à atividade acadêmica curricular constitui elemento da avaliação de seu desempenho” (UFMG, 2018, p. 5), devendo observar o que apresenta os seguintes parágrafos:

§ 1º Considera-se assiduidade suficiente o comparecimento a um mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) da programação da atividade acadêmica curricular, obrigatoriamente aferido, sendo vedado o abono de faltas, salvo nas situações previstas em lei.

§ 2º O estudante cuja assiduidade for insuficiente será reprovado na atividade acadêmica curricular.

§ 3º A aferição da assiduidade referente à carga horária a distância das atividades acadêmicas curriculares será regulamentada por Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Em síntese, o sistema de avaliação adotado pelo presente curso, em consonância com as normas da UFMG, contempla múltiplos indicadores, a saber, nota, assiduidade e conceitos. Esses procedimentos asseguram que os resultados obtidos reflitam não apenas o domínio dos conteúdos, mas também o engajamento e a continuidade na trajetória formativa, elementos indispensáveis à consolidação de profissionais qualificados para atuar na educação bilíngue de surdos.

3.2.3 Avaliações do Corpo Docente

Em relação às avaliações feitas na unidade, há uma avaliação dos alunos a respeito do curso e dos docentes, além da avaliação realizada pela PROGRAD, que é conduzida pelo

Colegiado de Graduação, semestralmente. Ao final das atividades acadêmicas curriculares, os alunos avaliarão estas atividades e os professores em formulário específico, de maneira quantitativa, e qualitativa, se quiserem. Essa avaliação constitui elemento essencial para orientar os professores e fundamentar análises e tomadas de decisão da coordenação do curso. Os resultados dessas avaliações são retornados aos docentes para que eles possam se conscientizar da sua prática docente e aplicar esse conhecimento na reformulação de sua conduta didática. É um processo constante de manutenção e renovação pedagógica.

Durante os cursos, existe, também, a ouvidoria estabelecida pelo colegiado, que busca, de uma maneira imparcial, a mediação dos possíveis conflitos existentes entre professor e aluno. Essa ouvidoria é composta pelo coordenador e subcoordenador do colegiado, que realiza atendimentos presenciais aos alunos. Destaca-se também a existência da Ouvidoria da UFMG que pode também ser uma via de manifestação possível para os alunos.

E, finalmente, existe a avaliação registrada pelo Redoc, que aponta como os docentes vêm desenvolvendo, não só as atividades de ensino, mas também as atividades de pesquisa e extensão.

3.2.4 Avaliação Interna

A avaliação interna ou autoavaliação, assim como a avaliação externa, foi prevista pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, instituído pela Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Do mesmo modo, a autoavaliação ocorre no âmbito institucional e no de cursos.

No âmbito institucional, a UFMG possui a Comissão Própria de Avaliação (CPA) de uma comissão prevista no artigo 11 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, e criada não só para conduzir os processos de avaliação interna da IES, como também os processos de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep. Na UFMG, a CPA é regulamentada pela Resolução Cepe n. 15/2014 e está vinculada ao Gabinete da Reitoria. Sua composição foi pensada visando à representatividade da Comunidade Acadêmica (professores de diferentes áreas do conhecimento, servidores TAEs e estudantes), assim como a articulação entre setores essenciais no seu processo avaliativo, como Pró-Reitorias, Diretorias, Cedecom, Fump e DCE.

Para alcançar os objetivos relacionados à avaliação dos cursos de Graduação, a CPA organiza encontros semestrais, tendo como público-alvo principal os Coordenadores de Colegiado e membros de Núcleo Docente Estruturante – NDE, para discussão de temas relacionados, principalmente, ao ensino e à extensão. Além disso, comparece em eventos e reuniões promovidas por NDEs e Colegiados, realiza reuniões individuais com coordenadores de cursos de Graduação para discussão dos resultados do Enade e acompanha as visitas de avaliação in loco. Assim, a autoavaliação institucional é sistematizada pela CPA e orientada pelas diretrizes previstas na legislação.

No âmbito do curso, a avaliação interna é conduzida pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), conceito criado pela Portaria MEC n. 147/2007 e regulamentado pela Portaria MEC/CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010, com a finalidade de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção, implementação e consolidação do projeto pedagógico do curso de graduação. Na UFMG, o NDE, no âmbito de cada curso de graduação, foi criado em 2011, por meio da Resolução CEPE n. 15/2011. Diferentemente do Colegiado do Curso, instância de caráter deliberativo e com um papel administrativo mais forte, o NDE se trata de instância consultiva, com um viés mais acadêmico.

O NDE do curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos é composto:

- I – Coordenação da Comissão Coordenadora (membro nato);
- II – 02 (dois) representantes docentes da área de Libras;

III – 02 (dois) representantes docentes das áreas de Linguística ou de Linguística Aplicada.

3.2.5 Avaliações Externas

Por se tratar de um curso de oferta pontual, financiado pela CAPES, por meio do Edital nº 23/2023, o curso não prevê avaliação externa. Contudo, o edital supracitado dispõe, no tópico 13, ações de monitoramento e avaliações realizadas pela CAPES, a saber:

- as ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular dos projetos;
- é reservado à CAPES o direito de acompanhar, avaliar a execução do projeto/plano de trabalho e fiscalizar in loco a utilização dos recursos durante a vigência do processo;
- durante a execução do projeto a CAPES poderá, a qualquer tempo, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando monitorar e avaliar o projeto, inclusive com a colaboração de consultores *ad hoc*;
- IES deverá informar à CAPES toda e qualquer alteração relativa à execução do projeto ou ao plano de trabalho e, quando necessário, solicitará a anuência prévia por meio de pedido devidamente justificado;
- os produtos gerados a partir da implementação do Programa, bem como as publicações, divulgações e veiculações de informações, deverão estar incluídos nos relatórios de prestação de contas parciais e final. Além disso, deverão citar que o financiamento é oriundo de recursos da CAPES;
- constatado que o projeto não está sendo executado conforme o previsto, a CAPES determinará as diligências necessárias considerando o caso concreto e, caso não atendidas, promoverá a suspensão da concessão do fomento, sem prejuízo da adoção das demais providências cabíveis;
- concessão do apoio financeiro poderá ser cancelada ou suspensa pela DEB/CAPES, por decisão devidamente fundamentada, em caso de descumprimento das regras do edital ou da legislação pertinente, resguardado o direito adquirido.

3.3 Corpo Docente vinculado à área de Libras da FALE

Atualmente, a Faculdade de Letras possui 10 (dez) docentes que atuam na área de Língua Brasileira de Sinais:

- **Bárbara Neves Salviano de Paula**

Doutora em Linguística Aplicada pela UFMG. Possui graduação em Letras (2011) e mestrado em Letras (2014) pela UFMG. Atualmente é professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Atuou como professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e da Rede Municipal de ensino (PBH). Tem experiência como professora de Língua Portuguesa e Redação Empresarial; Língua Francesa e Língua Brasileira de Sinais. É produtora e analista de material didático voltado para o ensino de Língua Portuguesa e Libras. Desenvolvedora de proposta lexicográfica para dicionário geral de língua bilingue Português/Libras/Português. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística Aplicada ao Ensino.

- **Charley Pereira Soares**

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (2008), licenciado em Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012) e mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (2013). Doutor em linguística pela Universidade Federal de

Santa Catarina. Desde 2013 era professor Adjunto do Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Desde 2022 era professor Adjunto do Departamento de Ensino à Distância (UFVJM), onde leciona as disciplinas de Libras voltadas aos cursos de licenciaturas (presencial e a distância). Colaborador do GT Libras - Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Atualmente, 2023, é professor adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde leciona as disciplinas na área linguística teórica e descritiva de língua de sinais. Possui experiência e interesse por pesquisas na Libras que envolvam a Lexicografia e Terminologia, Semântica e Pragmática, Linguística Textual, Multimodalidade e Estudos culturais e linguísticos dos surdos e atuando nas seguintes linhas de pesquisas: (i) descrição e análise das línguas de sinais, e (ii) coesão e coerência das línguas de sinais, Linguística Textual Sinalizada.

- **Elidéa Lúcia Almeida Bernardino**

Doutora em Linguística Aplicada pela Boston University (2006), mestra em Estudos Linguísticos pela UFMG (1999), graduada em Letras (1995) e em Tradução e Interpretação (1993) pelo Centro Universitário Newton Paiva, sendo este último com distinção (1º lugar entre os formandos do curso). É professora associada de Libras na UFMG, onde também realizou seu primeiro pós-doutorado (2009). Nessa Instituição é líder do Grupo de Pesquisa do CNPq: “Núcleo de Estudos de Libras, Surdez e Bilinguismo (NELiS)”, que conta com a participação de pesquisadores da UFMG e de outras Universidades, onde atua nas linhas de pesquisa: Descrição e análise das línguas de sinais; Educação bilíngue para surdos e Ensino-aprendizagem de línguas. Concluiu o Pós-doutorado na University of New Mexico (Estágio Sênior CAPES), sob a supervisão do prof. Sherman Wilcox (2016). Os principais temas de interesse são: Linguística Cognitiva (Gramática Cognitiva); estudos sobre a Libras (Expressões não-manuais, Classificadores, Ação construída e perspectiva); ensino de segunda língua/língua adicional (L2/Ln) para surdos e Educação de surdos.

- **Eva dos Reis Araújo Barbosa**

Doutora e mestra em Linguística Aplicada, na linha de pesquisa Linguagem e Tecnologia, pela Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo sido bolsista do CNPQ. Especialista em Tradução/Interpretação e Docência de Libras, pela Faculdade Unintese/UTP. Graduada em Letras, Licenciatura em Português e Bacharelado em Estudos Linguísticos do Português, pela FALE/UFMG. Graduada em Pedagogia, pelo Centro Universitário Educacional (UNINTER). Desde 2010, estuda e trabalha na área de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e ensino de português como segunda língua (PL2) para surdos. Trabalhou como professora e coordenadora da disciplina de Libras/EaD, na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), entre 2021 e 2023. Atualmente, atua como professora adjunta do curso de Letras/Libras na FALE/UFMG. É membro pesquisadora do Núcleo de Estudos em Libras, Surdez e Bilinguismo (NELiS), da FALE/UFMG. Principais áreas de interesse: Libras, PL2, linguagem e tecnologia, Educação a Distância (EaD), Multimodalidade.

- **Giselli Mara da Silva**

Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - FALE-UFMG (2018), mestra em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG (2010) e graduada em Letras/ Licenciatura em Português (2004) pela FALE-UFMG. Desde 2004, trabalha na área de Libras e educação de surdos, tendo sido professora de português como segunda língua para surdos no Ensino Fundamental e formadora em cursos para professores. Trabalhou no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS/SEE- MG), atuando na formação de intérpretes e de professores para surdos e na elaboração de materiais didáticos para o ensino de Libras

como segunda língua. Atualmente é professora adjunta da FALE- UFMG nos cursos de Letras e de Letras-Libras, bem como no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN). É membro pesquisador do Laboratório de Psicolinguística e do Núcleo de Estudos em Libras, Surdez e Bilinguismo (NELiS), ambos da FALE-UFMG. Tem experiência em Linguística e Educação, atuando principalmente com os seguintes temas: bilinguismo dos surdos, bilinguismo intermodal e processamento da linguagem, letramento e ensino de português como segunda língua para surdos.

- **Guilherme Lourenço**

Doutor em Linguística Teórica e Descritiva pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Minas Gerais, com período sanduíche na Purdue University (IN/USA). Mestre e licenciado em Letras/Inglês também pela Faculdade de Letras da UFMG. É professor da Faculdade de Letras da UFMG, atuando principalmente no Curso de Graduação em Letras-Libras. Já lecionou na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e também atuou no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez - CAS/SEE-MG, com capacitação e formação de intérpretes educacionais de Língua de Sinais. Tem experiência nas áreas de Linguística de línguas de sinais e de Tradução e Interpretação de Libras/LP, atuando principalmente nos seguintes temas: Libras, Morfossintaxe de Línguas de Sinais, formação de tradutores/intérpretes de Libras. É membro pesquisador do Núcleo de Estudos em Libras, Surdez e Bilinguismo (NeLIS), atuando nas seguintes linhas de pesquisa: (i) descrição e análise das Línguas de Sinais; e (ii) Tradução e Interpretação em Libras/Português.

- **Josiane Marques da Costa**

Doutora e mestra em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG. Especialista em Produção de Material Didático para a Diversidade pela Universidade Federal de Lavras e graduada em Letras-Português pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Atuou como Professora de Português como Segunda Língua para Surdos no CAS - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez e como Tradutora e Intérprete de Libras na Faculdade Claretiano. Atuou também como professora na Universidade FUMEC e na Universidade Federal de Lavras (UFLA). Atualmente é professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

- **Michelle Andrea Murta**

Doutora em Linguística Teórica e Descritiva pela Universidade Federal de Minas Gerais (2022). Mestra em Letras e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2015). Licenciada em Letras/Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente, é Professora Adjunto Nível I do curso Letras-Libras da UFMG, além de integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq: Núcleo de Estudos de Libras, Surdez e Bilinguismo (NELiS). É coordenadora do projeto "Mãos Literárias" na UFMG. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Libras, Metáforas, Iconicidade, Literatura Surda e Educação.

- **Ranieri Alislan Almeida Cordeiro**

É professor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Doutorando e Mestre em Linguística e graduado no curso de Letras Libras na modalidade de licenciatura pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Foi bolsista e supervisor da Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras sob coordenação de Prof. Dr. Rodrigo Rosso Marques pela UFSC. Realizou intercâmbio na Università Roma La Sapienza por 2 semestres (2014.2 - 2015.1), através

do projeto BE Mundus (Brasil e Europa) do programa Erasmus Mundus. Obteve Mérito Estudantil de melhor desempenho acadêmico ao longo do curso Letras Libras - UFSC (2012 - 2016). Atualmente é membro do Grupo de Estudos Linguísticos da Libras - GELL - UFSC, coordenado pela Prof^a Dr^a Aline Lemos Pizzio.

- **Rosana Passos**

Pós-doutoranda pela UNESP (2022). Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE-UFMG, em 2014), com tese intitulada "Parâmetros Físicos do Movimento em Libras: um estudo sobre Intensificadores". Mestra em Estudos Linguísticos pela FALE-UFMG (2009), com dissertação intitulada "Construindo Categorias Sonoras: o vozeamento de consoantes obstruintes em surdos profundos usuários de língua de sinais (Libras)". Graduada em Fonoaudiologia. Professora Adjunta na área de Libras da FALE-UFMG, onde é membro pesquisador do Núcleo de Estudos em Libras, Surdez e Bilinguismo (NELiS), atuando na linha de pesquisa "Descrição e Análise das Línguas de Sinais". Atualmente, é Membro Titular do Colegiado Letras Libras e Membro Titular do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Letras Libras. No período de julho/2019 a julho/2022, desempenhou função de Diretora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFMG (NAI-UFMG). De 1997 a 2012, como fonoaudióloga, atuou nas áreas: linguagem, fala, leitura e escrita, educação especial, educação e bilinguismo de surdos. Principais áreas de interesse: Libras (Língua Brasileira de Sinais); Teoria e Análise Linguística; Fonologia; Acessibilidade e Inclusão; Ensino e Educação a Distância (EaD); Linguística Aplicada.

4. Da Infraestrutura

4.1 Instalações, Laboratórios e Equipamentos

4.1.1 Ambientes administrativos e de apoio docente

Quantidade	Descrição
01	Secretaria acadêmica
01	Sala para Coordenação
01	Sala de reunião/Congregação
74	Gabinetes de trabalho para docentes
01	Auditório com capacidade para 200 pessoas
02	Auditórios com capacidade para 50 pessoas
27	Salas de aula na FALE
02	Laboratórios de informática

Atualmente, a Faculdade de Letras possui 27 salas de aula equipadas com *data-show* e computador com acesso à internet. São utilizadas ainda 25 salas do Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas (CAD2) para alocar atividades didáticas do curso de Letras.

Assim, consideramos que todo o espaço físico da unidade e também aquele utilizado no CAD2 é adequado às necessidades do curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilingue de Surdos tanto em termos de espaços físico, quanto de iluminação, de conservação e de equipamentos.

4.1.2 Núcleo de Libras da UFMG

O Núcleo de Libras da Faculdade de Letras (FALE/UFMG) constitui um espaço estratégico para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à Língua Brasileira de Sinais e à educação de surdos. Localizado no 4º andar da FALE, o núcleo dispõe de infraestrutura adequada para práticas pedagógicas e experimentações linguísticas, contando com 10 computadores, 4 notebooks e 4 filmadoras, equipamentos essenciais para o registro, a análise e a produção de materiais em Libras.

Tradicionalmente, o Núcleo de Libras atende às demandas das disciplinas do Curso de Letras-Libras, especialmente Fundamentos de Libras *on-line*, além de abrigar projetos de pesquisa e ações de extensão coordenados pelos docentes da área. Esse espaço tem se consolidado como um ambiente de vivência linguística e de aprofundamento teórico-prático sobre a Libras, favorecendo a interação entre estudantes, professores e a comunidade surda.

No âmbito do Curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos, o Núcleo de Libras desempenha um papel fundamental na concretização da proposta pedagógica. Ele se configura como um ambiente de aprendizagem colaborativa, permitindo que os licenciandos participem de reuniões decorrentes de projetos de pesquisa e extensão, ampliando sua formação inicial e inserindo-se em práticas acadêmicas relacionadas ao seu curso. Ademais, esse espaço proporciona a vivência de atividades de imersão linguística, a partir da interação com colegas surdos e ouvintes, fortalecendo sua competência comunicativa.

Dessa forma, o Núcleo de Libras não é apenas um espaço físico de apoio, mas um elemento estruturante da formação docente proposta pelo curso. Ele contribui diretamente para o desenvolvimento das competências linguísticas, pedagógicas e investigativas previstas no perfil do egresso, fortalecendo o compromisso da UFMG com uma educação bilíngue crítica, inclusiva e socialmente referenciada.

4.2 Biblioteca Rubens Costa Romanelli

A Biblioteca da Faculdade de Letras integra, juntamente com mais 28 bibliotecas, o Sistema de Bibliotecas da UFMG - SB/UFMG. Desmembrada da FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas) em 1983, hoje se encontra localizada no 2º andar da Faculdade. Está subordinada tecnicamente à Biblioteca Universitária e administrativamente à Diretoria da Faculdade.

Abrange uma área de 1340m² onde estão localizados recepção, guarda-volumes, setores de empréstimo e referência, acervo principal, jardim interno, salões de leitura, cabines de estudo em grupo e individuais e área administrativa que envolve setor de periódicos, chefia, processamento técnico, oficina de preservação do acervo, encadernação e setor de preparação do material bibliográfico, configurando um ambiente adequado para estudo individual e em grupo.

A biblioteca da Fale conta atualmente com um acervo de 113.020 exemplares catalogados. Além desse acervo de livros, o setor disponibiliza 1244 títulos de periódicos impressos e 38.000 títulos de periódicos virtuais. O acervo está dividido em dois tipos básicos:

- acervo principal: obras de referência, dissertações, teses, livros em geral e periódicos. O acesso às estantes é livre; o empréstimo domiciliar está disponível para a maioria das obras, exceto: obras de referência, exemplar de consulta interna das dissertações, teses, periódicos; livros de coleção de reserva semestral (indicados pelos professores) e periódicos de fascículo único. Assuntos que constam no acervo da Biblioteca: generalidades, filosofia, psicologia, religião, ciências sociais, línguas, Linguística, língua inglesa, língua alemã, língua francesa, língua italiana, língua Espanhola, língua portuguesa, língua latina, língua grega, outras línguas, neolinguística, artes, literatura (filo-

sofia, teoria, coleções, história), literatura americana, literatura inglesa, literatura alemã, literatura italiana, literatura francesa, literatura Espanhola, literatura latina, literatura grega, literatura brasileira, outras literaturas;

- coleções especiais: são os acervos particulares de escritores mineiros como Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião e Oswaldo França Júnior. Estas coleções especiais estão localizadas no prédio da Biblioteca Central. O usuário pode consultar o acervo nas dependências da biblioteca que possui espaço adequado para estudo, bem como utilizar computadores para pesquisas em bases de dados.

Para fornecer orientações ou sanar dúvidas, haverá sempre à disposição dos alunos um funcionário do setor de referência. O empréstimo domiciliar é facultado aos usuários da UFMG regularmente cadastrados no Sistema de Bibliotecas e portadores da carteira do leitor. Existe, ainda, o empréstimo entre bibliotecas que permite localizar e obter livros, dissertações e teses em outras instituições do Brasil, pelo serviço de malote da FGV (sem custo) ou pelo correio SEDEX (pago pelo usuário). A Biblioteca fornece empréstimo entre bibliotecas de suas obras (livros, dissertações e teses) para instituições cadastradas no Sistema de Bibliotecas da UFMG (o cadastro deverá ser solicitado no setor de automação da Biblioteca Universitária). Outros serviços que a biblioteca oferece:

- serviço de levantamento bibliográfico que recupera informações existentes sobre determinado assunto em base de dados locais, a pedido do usuário. O relatório vem sob a forma de referências bibliográficas e o usuário deverá fornecer disquete para receber o levantamento bibliográfico desejado;
- pesquisa bibliográfica oferece acesso a base de dados bibliográficas de periódicos nacionais e estrangeiros (Portal Capes) feita pelo próprio usuário com orientação do pessoal do setor de referência;
- visitas orientadas pelo setor de referência que permite ao usuário conhecer a distribuição do espaço físico, os recursos que a biblioteca oferece, bem como normas e procedimentos para sua utilização. A visita deve ser previamente agendada no setor de referência;
- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) é um serviço que permite obter cópias de documentos técnico-científicos, publicados em revistas, teses, anais de congressos, existentes no acervo das principais bibliotecas do país;
- serviço de orientação na elaboração de referências bibliográficas e dicas para normalização de trabalhos técnico-científicos segundo normas da ABNT. É oferecido pelo setor de periódicos e deverá ser agendado previamente;
- catalogação na fonte que se constitui da elaboração de ficha catalográfica a partir de dados extraídos do original de livros, teses e publicações periódicas que serão publicadas pela Faculdade de Letras. O interessado deverá agendar previamente no setor de Processamento Técnico (livros e teses) e no Setor de Periódicos (publicações periódicas). O prazo de entrega será de acordo com a disponibilidade de cada setor;
- exposições são realizadas em parceria com professores da Faculdade, sobre temas relevantes e também sobre temas que a Biblioteca achar conveniente em determinadas épocas, como, por exemplo, campanhas educativas. As exposições devem ser agendadas previamente no setor de referência;
- sumários correntes de periódicos recebidos pela biblioteca são escaneados;
- são listados as aquisições (monografias, dissertações e teses) recebidas pela biblioteca através de compra ou doações;

- os eventos relevantes da área, publicações da Faculdade de Letras e avisos de interesse dos usuários são divulgados nos murais da biblioteca que estão localizados no 1º andar do salão de leitura.

Vale ressaltar ainda que a Biblioteca da FALE conta, atualmente, com mais de 40 títulos sobre Libras e/ou Surdez, totalizando mais de 100 exemplares. Há ainda outras obras sobre a temática que estão espalhadas pelas outras bibliotecas da UFMG e que estão à disposição dos alunos do curso de Segunda Licenciatura em Educação Bilíngue de Surdos.

5. Referências

BERNARDINO, E. L. *A construção da referência por surdos na Libras e no português escrito: a lógica no absurdo*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BRASIL. *Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Distrito Federal, Brasília, 2002.

BRASIL. *Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação Plano Nacional de Educação. *PNE - Lei 10.172 de 2001 e PL 8035/2010*, transformada em lei ordinária 13005 em 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 1*, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES 492/2001*, de 03 de abril de 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parecer CNE/CES 28/2001*.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CP/CNE nº 2*, de 18 de fevereiro de 2002

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES, 18*, de 13 de março de 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP Nº 1*, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 1*, de 17 de novembro de 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei 11.788/2008*, dispõe sobre estágios curriculares.

BRASIL, Ministério da Educação, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). *Resolução CONAES Nº 01, de 17/06/2010* (Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências).

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 1*, de 18 de março de 2011. BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP Nº 1*, de 30/05/2012.

BRASIL, Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP nº 8*, de 06/03/2012. Parecer sobre as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 1*, DE 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP Nº 2*, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 2/2015*, aprovado em 9 de junho de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 2*, de 1º de julho de 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 2*, de 20 de dezembro de 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria MEC 1.134/2016. Revoga a Portaria MEC 4.059/2004, e estabelece nova redação sobre o tema da oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presenciais.

BRASIL, *Lei 12.764/2012* (institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do artigo 98 da Lei 8.112/1990).

BRASIL, *Lei nº 14.191/2021* (Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos).

CAPES, Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica, PARFOR EQUIDADE. *Edital nº 23/2023*.

FELIPE, T. *A estrutura frasal na LSCB*. In Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL. Recife, 1989.

FELIPE, T. *A relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na LIBRAS*. Tese de doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, 1998.

FERREIRA-BRITO, L. Similarities and Differences in two Sign Languages. *Sign Language Studies*. 42: 45-46. Linstok Press, Inc: Silver Spring, USA, 1984.

FERREIRA-BRITO, L. *A comparative study of signs for time and space in São Paulo and Urubú-Kaapor Sign Languages*, ed. W. Stokoe e V. Volterra. III Symposium on Sign Language Research. Silver Spring, Roma: Linstok Press, INC, 1985.

FERREIRA-BRITO, L. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

KARNOPP, L. B. *Aquisição do Parâmetro Configuração de Mão dos Sinais da LIBRAS*: Estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras e Artes. PUCRS. Porto Alegre, 1994.

KARNOPP, L. B. *Aquisição fonológica na Língua Brasileira de Sinais*: Estudo longitudinal de uma criança surda. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre, 1999.

LOPES, I. M. C.; ZAMPA, M. F. *Práticas Pedagógicas Integradoras: Redescobrimos caminhos!* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), s. d.

QUADROS, R. M. *As categorias vazias pronominais*: uma análise alternativa com base na língua de sinais brasileira e reflexos no processo de aquisição. Dissertação de Mestrado. PUCRS. Porto Alegre, 1995.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos*: a aquisição da linguagem. Artes Médicas. Porto Alegre, 1997.

QUADROS, R. M. *Phrasestructure of Brazilian sign language*. Tese de Doutorado. PUCRS. Porto Alegre, 1999.

SDH-PR, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; SNPD, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Viver sem Limite* – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência, SDH-PR/SNPD, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Regimento Geral da UFMG*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. PDI – UFMG, *Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/pdi/2018-2023/versao-final/>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. *Resolução 01/1998*. Complementa as Normas Gerais de Ensino de Graduação da UFMG, permitindo o início da implantação do processo de flexibilização dos currículos de graduação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução de 19 de abril de 2001 (diretrizes da Flexibilização curricular na UFMG).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Câmara de Graduação. *Resolução CG Nº 01/ 2006*. Estabelece orientações para elaboração de currículos de Licenciatura.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Resolução 02/2009* (Regulamenta o Estágio na UFMG).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Resolução CEPE nº 15/2011* (Cria o Núcleo Docente Estruturante-NDE dos Cursos de Graduação da UFMG).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Resolução 18/2014* (regulamenta os grupos de disciplina de formação avançada).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Resolução CEPE nº 19/2014* (regulamenta a oferta de Formação Transversal aos alunos dos cursos de graduação).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS *Diretrizes para os currículos de graduação da UFMG*. CEPE, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Resolução CEPE nº 15*, de 31 de maio de 2011 – cria Núcleo Docente Estruturante, NDE dos cursos de graduação da UFMG.

ANEXO I EMENTÁRIO

DIDÁTICA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS <i>DIDACTICS AND BILINGUAL EDUCATION FOR DEAF STUDENTS</i>	Código: LET558
Ementa: Didática no contexto bilíngue. Teorias da aprendizagem e educação de surdos. A experiência visual dos surdos e as implicações didáticas. O currículo na educação bilíngue para surdos. Relações educacionais: professor-aluno, teoria-prática, escola-sociedade, conteúdo-método. A dinâmica em sala de aula. Desenvolvimento curricular. Elaboração e utilização de materiais didáticos bilíngues. Avaliação.	

Syllabus: *Didactics in a bilingual context. Learning theories and education for deaf students. The visual experience of deaf individuals and its didactic implications. Curriculum in bilingual education for deaf students. Educational relationships: teacher-student, theory-practice, school-society, content-method. Classroom dynamics. Curriculum development. Development and use of bilingual teaching materials. Assessment.*

Bibliografia básica:

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin - Teorias da Educação e Estudos Surdos - Licenciatura em Letras-Libras na modalidade a distância – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Comunicação e Expressão - Florianópolis 2009.

STROBEL, Karin- História da educação de surdos - Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância – Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Comunicação e Expressão - Florianópolis, 2009.

PERLIN, Gladis. Surdos: cultura e Pedagogia. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). A Invenção da Surdez II: Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

Bibliografia complementar:

REIS, Flaviane. Professores Surdos: Identificação ou “Modelo”. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007. (no prelo)

CORAZZA, Sandra Mara. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, Antônio Flávio B. (Org.). Currículo: Questões atuais. Campinas: Papirus, 1997.

SILVEIRA, Carolina Hessel. O Currículo de Língua de Sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE/MULTILÍNGUE DE SURDOS E INTERCULTURALIDADE <i>BILINGUAL/MULTILINGUAL EDUCATION FOR THE DEAF AND INTERCULTURALITY</i>	Código: LET555
--	--------------------------

Ementa: Visões e ideologias sobre o bi/multilinguismo. Modelos de educação bi/ multilíngue e o caso dos surdos. Translinguagem e educação de surdos. Culturas surdas e interculturalidade. Movimentos políticos surdos e educação bi/ multilíngue.

Syllabus: *Perspectives and ideologies on bilingual/multilingual. Models of bilingual/multilingual education and the case of the deaf. Translanguaging and deaf education. Deaf cultures and interculturality. Deaf political movements and bilingual/multilingual education.*

Bibliografia básica:

CAMPELLO, A. R e S.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Revista Educar em Revista, Curitiba, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92.

MEGALE, A.; KADRI, M. Escola bilíngue [livro eletrônico]: (trans)formando saberes na educação de professores. São Paulo: Fundação Santillana, 2023.

PELUSO, L.; LODI, A. C. B. Educación de los sordos: desde la normalización al plurilingüismo. *Revista Linguagem & Ensino*. Pelotas, v. 26, n. 1, jan. abr. 2023.

SILVA, I. R. Perspectiva de educação intercultural bilíngue para surdos. Estudos Linguísticos e Literários, Salvador, n. 50, p. 120-144, jul – dez/ 2014.

Bibliografia complementar:

GARRUTI, E. A. A criança surda na educação infantil bilíngue: a importância do social para a construção da linguagem. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 48, e234024, 2022.

SKLIAR, Carlos (org.) Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Processos e projetos pedagógicos. Volume I Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

_____. Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos. Interfaces entre pedagogia e lingüística. Volume II Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LINGÜÍSTICO-COGNITIVO DE ALUNOS SURDOS <i>EDUCATION AND LINGUISTIC-COGNITIVE DEVELOPMENT OF DEAF STUDENTS</i>	Código: LET550
--	--------------------------

<p>Ementa: Principais abordagens sobre a aquisição da linguagem. Diferentes estágios da aquisição da linguagem. Aquisição de línguas de modalidades diferentes. Análise dos principais modelos de aquisição de segunda língua. Natureza do sistema linguístico desenvolvido pelo aprendiz. Abordagem linguística, psicolinguística e social em relação à aquisição de segunda língua. Competência comunicativa e uso da língua.</p> <p><i>Syllabus: Main approaches to language acquisition. Different stages of language acquisition. Acquisition of languages with different modalities. Analysis of the main models of second language acquisition. Nature of the linguistic system developed by the learner. Linguistic, psycholinguistic, and social approaches to second language acquisition. Communicative competence and language use.</i></p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>LILO-MARTIN, D. Estudos de aquisição de línguas de sinais: passado, presente e futuro. In: QUADROS, R. M.; VASCONCELLOS, M. L. B. (Org.). Questões teóricas das pesquisas em línguas de sinais. Petrópolis, RJ: ED. Arara Azul, 2008, p. 199-218.</p> <p>PIZZIO, A. L. A variabilidade da ordem das palavras na aquisição da língua de sinais brasileira: construção com tópico e foco. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2006. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88693</p> <p>QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>EMMOREY, K. Sign language acquisition. In: _____ Language, Cognition, and the Brain: Insights from Sign Language Research. Erlbaum, Mahwah, NJ. 2002.</p> <p>MCNEILL, David. The acquisition of language: the study of developmental psycholinguistics. New York: c1970. 183 p.</p> <p>QUADROS, R. M. As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na LIBRAS e reflexos no processo de aquisição. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre. 1995.</p> <p>RADFORD, A. Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax: the nature of early child grammars of English. Blackwell, Oxford. 1990.</p> <p>VARGAS, V. da S.; MOSER, D. A. Desenvolvimento cognitivo do surdo e aquisição da Língua de Sinais. Revista Sinalizar, Goiânia, v. 5, 2020. DOI: 10.5216/rs. v 5.65749. Disponível em: https://revistas.ufg.br/revsinal/article/view/65749.</p>

EDUCAÇÃO ESCOLAR BILÍNGUE DE SURDOS: MODALIDADE, FUNDAMENTOS E DESAFIOS	Código: LET573
BILINGUAL EDUCATION FOR THE DEAF: MODALITY, FOUNDATIONS, AND CHALLENGES	
<p>Ementa: Estudo da Educação Escolar Bilíngue de Surdos como modalidade específica prevista na LDB e nas DCNs. Análise dos fundamentos políticos, pedagógicos e linguísticos, da organização curricular e dos espaços de oferta (classes, escolas, polos e colégios de aplicação). Discussão sobre ambiência de pares linguísticos, pertencimento e cultura surda, bem como os desafios de implementação e consolidação da modalidade como política de Estado.</p> <p><i>Syllabus: Study of Bilingual Education for the Deaf as a specific modality established in the LDB (Law of Guidelines and Bases of National Education) and the DCNs (National Curriculum Guidelines). Analysis of the political, pedagogical, and linguistic foundations, curriculum organization, and the different spaces of provision (classes, schools, centers, and application schools). Discussion on linguistic peer environments, belonging, and Deaf culture, as well as the challenges of implementing and consolidating this modality as a State policy.</i></p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Políticas de Educação Escolar Bilíngue de Surdos. Brasília: MEC. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja/politicas-educacao-bilingue-de-surdos.pdf</p> <p>LIMA, Marisa Dias. Política educacional e política linguística na educação dos e para os surdos. 2018. 454 f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24583</p> <p>REIS, Flaviane; LIMA, Marisa Dias. Educação bilíngue de surdos na LDB: uma nova conquista do movimento surdo. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 24, n. 4, p. 761-780, out. 2022. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v24i4.8670061</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p>	

LIMA, Marisa Dias; SILVA, Lazara Cristina da. Bilinguismo na educação dos e para os surdos: uma discussão reflexiva sobre a política educacional e linguística. *The ESpecialist*, São Paulo, v. 40, n. 3, 2019. DOI: 10.23925/2318-7115.2019v40i3a4. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/esp/article/view/42885>

SILVA ROCHA, D. Compreendendo o planejamento educacional de surdos: da oralização à nova modalidade de educação bilíngue na LDB – perspectivas e desafios emergentes. *Colóquios – Geplage – PPGED – CNPq*, v. 5, p. xxxvi-li, 2024.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I SUPERVISED INTERNSHIP I	Código: LET571
<p>Ementa: Observação participante e análise do cotidiano escolar em instituições bilíngues de educação de surdos, por meio de observação participante das práticas pedagógicas bilíngues. Reflexão crítica sobre currículo, estratégias didáticas e interações comunicativas, articulando teoria e prática na formação docente.</p> <p>Syllabus: <i>Participant observation and analysis of daily school life in bilingual institutions for the education of deaf students, through participant observation of bilingual pedagogical practices. Critical reflection on curriculum, instructional strategies, and communicative interactions, integrating theory and practice in teacher education.</i></p> <p>Bibliografia básica: PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; BERNARDINO, Elidea Lúcia Almeida (2021). <i>O ensino bilíngue de surdos sob a perspectiva da translanguagem</i>. Linguagem & Ensino. SANTOS, Cleyton Costa dos; Pinheiro, Katia Lucy (2019). <i>Observação do Estágio Supervisionado LIBRAS como L1-1: aprendizagem do aluno surdo com professor surdo na sala da escola bilíngue</i>. Encontros Universitários da UFC, 4(8), 4837. STUMPF, Marianne Rossi; Linhares, Ramon Santos de Almeida (org.) <i>Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior, Volume 2</i>. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021.</p> <p>Bibliografia complementar: MORET, Márcia Cristina Florêncio Fernandes; MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues (2016). Bilingual proposal in deaf education: educational practices in literacy process. <i>Revista Produção e Desenvolvimento</i>.</p>	

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II SUPERVISED INTERNSHIP II	Código: LET572
<p>Ementa: Regência em contextos bilíngues de educação de surdos, com ênfase na atuação direta em sala de aula e na condução de práticas pedagógicas bilíngues. Desenvolvimento de atividades de planejamento, implementação e avaliação de estratégias didáticas, articulando teoria e prática.</p> <p>Syllabus: <i>Teaching practice in bilingual contexts of deaf education, with an emphasis on direct classroom work and the implementation of bilingual pedagogical approaches. Development of planning, implementation, and assessment activities for instructional strategies, integrating theory and practice.</i></p> <p>Bibliografia básica: PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; BERNARDINO, Elidea Lúcia Almeida (2021). <i>O ensino bilíngue de surdos sob a perspectiva da translanguagem</i>. Linguagem & Ensino. SANTOS, Cleyton Costa dos; Pinheiro, Katia Lucy (2019). <i>Observação do Estágio Supervisionado LIBRAS como L1-1: aprendizagem do aluno surdo com professor surdo na sala da escola bilíngue</i>. Encontros Universitários da UFC, 4(8), 4837. STUMPF, Marianne Rossi; Linhares, Ramon Santos de Almeida (org.) <i>Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior, Volume 2</i>. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2021.</p> <p>Bibliografia complementar: MORET, Márcia Cristina Florêncio Fernandes; MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues (2016). Bilingual proposal in deaf education: educational practices in literacy process. <i>Revista Produção e Desenvolvimento</i>,</p>	

2(3), 14–20.

ESTUDOS SURDOS <i>DEAF STUDIES</i>	Código: LET552
Ementa: Introdução aos Estudos Culturais. Identidades e Culturas Surdas. Movimentos políticos Surdos no Brasil e no mundo.	
Syllabus: <i>Introduction to Cultural Studies. Deaf Identities and Cultures. Deaf Political Movements in Brazil and Worldwide.</i>	
Bibliografia básica: KLEIN, Madalena; LUNARDI, Marcia Lise. Surdez: um território de fronteiras. ETD. Educação Temática Digital, Campinas/SP, v. 7, n. 2, p. 14-23, 2006. MIRANDA, Wilson de Oliveira. Comunidade dos surdos: Olhares sobre os contatos culturais. (Dissertação do mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2001. PERLIN, G. T. Identidades surdas. In: Skliar (Org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 1998, p.51-73. STROBEL, K. As Imagens do outro sobre a Cultura Surda. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2008.	
Bibliografia complementar: GARCIA, B.G. O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e a relevância da diversidade para a educação de surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). Atualidades da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 149-162. LADD, P. Understanding Deaf Culture: in Search of Deafhood, Toronto: Multilingual Matters, 2003.	

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS <i>BILINGUAL EDUCATION FUNDAMENTALS FOR THE DEAF</i>	Código: LET549
Ementa: História da educação de surdos no Brasil e no mundo. Modelos educacionais na educação de surdos. Educação bilíngue. Processos de ensino-aprendizagem e a relação professor-aluno-conhecimento e especificidades da pessoa surda. A Libras na educação de surdos.	
Syllabus: <i>History of deaf education in Brazil and around the world. Educational models in deaf education. Bilingual education. Teaching and learning processes, as well as the teacher-student-knowledge relationship, and the specificities of deaf individuals. Brazilian Sign Language (Libras) in deaf education.</i>	
Bibliografia básica: LACERDA, Cristina B. F. A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: O QUE DIZEM ALUNOS, PROFESSORES E INTÉRPRETES SOBRE ESTA EXPERIÊNCIA. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf LODI, A.C.B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05, Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, jan./mar. 2013 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a04 LODI, A. C. B. Educação em Língua Brasileira de Sinais: um direito dos surdos a ser assegurado. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 22, n. 2, p.317-330, 2021. REIS, F.; LIMA, M. D. Educação bilíngue de surdos na LDB: uma nova conquista do movimento surdo. ETD- Educação Temática Digital, Campinas (SP), v.24, n.4, p. 761-780, out./dez. 2022.	
Bibliografia complementar: SKLIAR, Carlos (org.) Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. Processos e projetos pedagógicos. Volume I Porto Alegre: Editora Mediação, 1999. _____. Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. Interfaces entre pedagogia e lingüística. Volume II Porto Alegre: Editora Mediação, 1999 MEGALE, A.; KADRI, M. Escola bilíngue [livro eletrônico]: (trans)formando saberes na educação de professores. São Paulo: Fundação Santillana, 2023.	

LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES I <i>BILINGUAL EDUCATIONAL MATERIALS PRODUCTION LABORATORY I</i>	Código: LET566
Ementa: O papel das tecnologias digitais no ambiente educacional e seus usos na educação bilíngue de	

surdos. Recursos tecnológicos digitais como ferramentas de apoio à aprendizagem. *Softwares* educacionais livres para produção de materiais didáticos voltados ao ensino bilíngue de surdos. Metodologias específicas para uso de recursos tecnológicos digitais em sala de aula. Direitos humanos, ambientais e diversidades: étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional, na produção de materiais didáticos. Desenvolvimento de atividades de forma articulada com projetos de extensão.

Syllabus: *The role of digital technologies in the educational environment and their use in bilingual education for deaf students. Digital technological resources as tools to support learning. Open-source educational software for the production of bilingual teaching materials for deaf students. Specific methodologies for the use of digital technological resources in the classroom. Human rights, environmental rights, and diversities —ethnic-racial, gender, sexual, religious, and generational—in the production of educational materials. Development of activities in coordination with extension projects.*

Bibliografia básica:

BARBOSA, Eva dos Reis Araújo. *Navegando no Universo Surdo: a Multimodalidade a favor do Ensino de Português como Segunda Língua em um Curso EAD*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/RMSA-AHVL3>. Acesso em: 01 nov. 2023.

SENA, L. de S., SERRA, I. M. R. de S.; SCHLEMMER, E. (2023). Recursos Tecnológicos na Educação Bilíngue de Estudantes Surdos. *Educação & Realidade*, v. 48, e120615, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/XjyRjDLTwVh3dxVrkL3cBm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2023.

STUMPF, Marianne Rossi. *Educação de Surdos e Novas Tecnologias*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoPedagogico/educacaoDeSurdosENovasTecnologias/assets/719/TextoEduTecnologia1_Texto_base_Atualizado_1.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

Bibliografia complementar:

ALEXANDRINI, Fábio *et al.* *Software Livre Educacional*. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2010, p. 1-9. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/309_SOFTWARE%20LIVRE.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

AMORIM, Marcelo Lúcio Correia de; SOUZA, Fernando da Fonseca de; GOMES, Alex Sandro. *Educação a Distância para surdos: Acessibilidade de plataformas virtuais de aprendizagem*. Curitiba: Appris, 2016. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Educa%C3%A7%C3%A3o_a_dist%C3%A2ncia_para_surdos/bB80DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 01 nov. 2023.

BARBOSA, Eva dos Reis Araújo. *Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e o Ensino de Português para Surdos: Práticas e Concepções de Professores*. 82 f. Monografia (Bacharelado em Estudos Linguísticos do Português). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/portuguesl2surdos/Monografia_versao_final.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

COSCARELLI, Carla Viana. Perspectivas Culturais de Uso de Tecnologias Digitais e a Educação. *Revista Brasileira de Alfabetização*, Belo Horizonte, v. 1, nº. 8, p. 33-56, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/48279/2/Perspectivas%20culturais%20de%20uso%20de%20tecnologias%20digitais%20e%20a%20educacao.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

VANDERLEY, Juliana Soares *et al.* Tecnologia Assistiva: *Softwares* voltados para alunos surdos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 4, 2021, *On-line*. *Anais...* Edição *On-line*, 2021, p. 1-8. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2020/TRABALHO_EV137_MD1_SA2_ID968_27102020_142354.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES II BILINGUAL EDUCATIONAL MATERIALS PRODUCTION LABORATORY II

Código:
LET563

Ementa: Análise e desenvolvimento de materiais didáticos, de diferentes conteúdos, para pessoas surdas. Análise das necessidades de diferentes aprendizes. Definição dos objetivos e conteúdos. Aplicação do material e revisão. Articulação com as novas tecnologias da informação e comunicação.

Syllabus: *Analysis and development of educational materials for deaf individuals, covering various content areas. Analysis of the needs of different learners. Definition of objectives and content. Application of the materials and revision. Integration with new information and communication technologies.*

Bibliografia básica:

BARBOSA, Eva dos Reis Araújo. *Realidade, necessidade e possibilidade dos materiais didáticos de português como segunda língua para surdos*: visão crítica e multimodal. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

FERRETI, Cláudio. Materiais didáticos bilíngues: ferramenta de ensino e aprendizagem. In: BÄR, Eliana; MASUTTI, Mara Lúcia (Orgs.). *Educação Bilíngue (libras/português)*: pesquisa e fazer educativo. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015, p. 49-70.

GALASSO, Bruno José Betti *et al.* Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues no Instituto Nacional de Educação de Surdos. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 24, n. 1, p.59-72, Jan./Mar., 2018.

Bibliografia complementar:

BÄR, Eliana. Contribuições dos discentes na construção dos processos pedagógicos: a experiência do curso de materiais didáticos bilíngues (Libras/Português). In: BÄR, Eliana; MASUTTI, Mara Lúcia (Orgs.). *Educação Bilíngue (libras/português)*: pesquisa e fazer educativo. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015, p. 123-146.

CAMPELLO, Ana Regina. *Aspectos da visualidade na educação de surdos*. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MASUTTI, Mara Lúcia. Reflexões a partir de práticas docentes no curso técnico de materiais didáticos bilíngues libras-português. In: BÄR, Eliana; MASUTTI, Mara Lúcia (Orgs.). *Educação Bilíngue (libras/português)*: pesquisa e fazer educativo. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015, p. 111-121.

PIMENTEL, Claudia; LIMITE; Keissy Sibelly Moraes. A empatia na produção de materiais didáticos: reflexões sobre artefatos bilíngues. *Artes de Educar*, 2021, p. 1-20.

TAVEIRA, Cristiane Correia; ROSADO, Luiz Alexandre da Silva. O letramento visual como chave de leitura das práticas pedagógicas e da produção de artefatos no campo da surdez. In: LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (org.). *Letramento visual e surdez*. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2017. (p. 17 a 47).

LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES III BILINGUAL EDUCATIONAL MATERIALS PRODUCTION LABORATORY III	Código: LET576
<p>Ementa: Análise e desenvolvimento de materiais didáticos, de diferentes conteúdos, para pessoas surdas. Análise das necessidades de diferentes aprendizes. Definição dos objetivos e conteúdos. Aplicação do material e revisão. Articulação com as novas tecnologias da informação e comunicação.</p>	
<p>Syllabus: <i>Analysis and development of educational materials for deaf individuals, covering various content areas. Analysis of the needs of different learners. Definition of objectives and content. Application of the materials and revision. Integration with new information and communication technologies.</i></p>	
<p>Bibliografia básica:</p>	
<p>BARBOSA, Eva dos Reis Araújo. <i>Realidade, necessidade e possibilidade dos materiais didáticos de português como segunda língua para surdos</i>: visão crítica e multimodal. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.</p>	
<p>FERRETI, Cláudio. Materiais didáticos bilíngues: ferramenta de ensino e aprendizagem. In: BÄR, Eliana; MASUTTI, Mara Lúcia (Orgs.). <i>Educação Bilíngue (libras/português)</i>: pesquisa e fazer educativo. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015, p. 49-70.</p>	
<p>GALASSO, Bruno José Betti <i>et al.</i> Processo de Produção de Materiais Didáticos Bilíngues no Instituto Nacional de Educação de Surdos. <i>Rev. Bras. Ed. Esp.</i>, Marília, v. 24, n. 1, p.59-72, Jan./Mar., 2018.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p>	
<p>BÄR, Eliana. Contribuições dos discentes na construção dos processos pedagógicos: a experiência do curso de materiais didáticos bilíngues (Libras/Português). In: BÄR, Eliana; MASUTTI, Mara Lúcia (Orgs.). <i>Educação Bilíngue (libras/português)</i>: pesquisa e fazer educativo. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015, p. 123-146.</p>	
<p>CAMPELLO, Ana Regina. <i>Aspectos da visualidade na educação de surdos</i>. 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.</p>	
<p>MASUTTI, Mara Lúcia. Reflexões a partir de práticas docentes no curso técnico de materiais didáticos</p>	

bilíngues libras-português. In: BÄR, Eliana; MASUTTI, Mara Lúcia (Orgs.). Educação Bilíngue (libras/português): pesquisa e fazer educativo. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2015, p. 111-121.

PIMENTEL, Cláudia; LIMITE; Keissy Sibelly Moraes. A empatia na produção de materiais didáticos: reflexões sobre artefatos bilíngues. Artes de Educar, 2021, p. 1-20.

TAVEIRA, Cristiane Correia; ROSADO, Luiz Alexandre da Silva. O letramento visual como chave de leitura das práticas pedagógicas e da produção de artefatos no campo da surdez. In: LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (org.). Letramento visual e surdez. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2017. (p. 17 a 47).

LIBRAS I <i>Brazilian Sign Language I</i>	Código: LET553
<p>Ementa: Desenvolvimento da competência discursiva em Libras em diferentes contextos de uso social da língua. Produção, compreensão e análise dos seguintes gêneros discursivos: apresentação pessoal, relatos pessoais, biografias, aconselhamento e dicas, anúncios e convites, bem como outros gêneros do cotidiano. Ampliação do repertório lexicogramatical usado nesses diferentes gêneros.</p> <p><i>Syllabus:</i> Development of discursive competence in Brazilian Sign Language in various social language use contexts. Production, comprehension, and analysis of the following discourse genres: self-introduction, personal narratives, biographies, advice and tips, advertisements and invitations, as well as other everyday genres. Expansion of the lexico-grammatical repertoire used in these different genres.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>FELIPE, T. A. 2001. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do estudante. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial.</p> <p>PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras I. Rio de Janeiro: LSB vídeo. 2008.</p> <p>QUADROS, R. M de; PIZZIO, A. L; REZENDE, P. L. F.. Língua Brasileira de Sinais I. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>FERREIRA, R. A. Ensino de Libras com Gêneros Discursivos Autênticos na Perspectiva do Letramento Crítico na Formação de Professores. 2021. 155 f. (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins – UFT, Porto Nacional, 2021.</p>	

LIBRAS II <i>Brazilian Sign Language II</i>	Código: LET557
<p>Ementa: Desenvolvimento da competência discursiva em Libras em diferentes contextos de uso social da língua. Produção, compreensão e análise dos seguintes gêneros discursivos: piadas, poesias, contos, notícias, reportagens, debates, entrevistas jornalísticas, bem como outros gêneros do domínio literário e jornalístico. Ampliação do repertório lexicogramatical usado nesses diferentes gêneros.</p> <p><i>Syllabus:</i> Development of discursive competence in Brazilian Sign Language in different social language use contexts. Production, comprehension, and analysis of the following discursive genres: jokes, poetry, stories, news, reports, debates, journalistic interviews, as well as other genres in the literary and journalistic domain. Expansion of the lexical and grammatical repertoire used in these different genres.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>FELIPE, T. A. 2001. LIBRAS em contexto: curso básico. Livro do estudante. Brasília, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial.</p> <p>FERREIRA BRITO, Lucinda. Por uma gramática línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.</p> <p>PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras II. Rio de Janeiro: LSB vídeo, 2009.</p> <p>QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>FERREIRA, R. A. Ensino de Libras com Gêneros Discursivos Autênticos na Perspectiva do Letramento Crítico na Formação de Professores. 2021. 155 f. (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins – UFT, Porto Nacional, 2021.</p>	

LIBRAS III <i>Brazilian Sign Language III</i>	Código: LET560
---	--------------------------

<p>Ementa: Desenvolvimento da competência discursiva em Libras em diferentes contextos de uso social da língua. Produção, compreensão e análise dos seguintes gêneros discursivos: entrevistas do meio acadêmico (entrevistas com pesquisadores, entrevistas em seleções), materiais didáticos, verbete, apresentação de trabalho e palestras, bem como outros gêneros discursivos do meio escolar e acadêmico. Ampliação do repertório lexicogramatical usado nesses diferentes gêneros.</p> <p><i>Syllabus: Development of discursive competence in Brazilian Sign Language in different social language use contexts. Production, comprehension, and analysis of the following discursive genres: academic interviews (interviews with researchers, selection interviews), educational materials, glossary, presentation of work and lectures, as well as other discursive genres in the school and academic environment. Expansion of the lexical and grammatical repertoire used in these different genres.</i></p>
<p>Bibliografia básica: ESTELITA, M. Elis – Escrita das Línguas de Sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007. F FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001. QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.</p>
<p>Bibliografia complementar: BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.</p>

LIBRAS IV <i>Brazilian Sign Language IV</i>	Código: LET564
<p>Ementa: Desenvolvimento da competência discursiva em Libras em diferentes contextos de uso social da língua. Produção, compreensão e análise dos seguintes gêneros discursivos: resumos, artigos científicos, artigo de divulgação científica, relatório de estágio, bem como outros gêneros discursivos do meio acadêmico. Normatização de trabalhos acadêmicos em Libras. Estrutura do discurso acadêmico filmado. Tecnologias de vídeo e seu uso na divulgação de pesquisas em línguas de sinais.</p> <p><i>Syllabus: Development of discursive competence in Brazilian Sign Language in different social language use contexts. Production, comprehension, and analysis of the following discursive genres: summaries, scientific articles, popular science articles, internship reports, as well as other discursive genres in the academic environment. Standardization of academic work in Sign Language. Structure of filmed academic discourse. Video technologies and their use in the dissemination of research in sign languages.</i></p>	
<p>Bibliografia básica: ESTELITA, M. Elis – Escrita das Línguas de Sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007. F FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001. QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.</p>	
<p>Bibliografia complementar: BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.</p>	

LIBRAS V <i>Brazilian Sign Language V</i>	Código: LET575
<p>Ementa: Desenvolvimento da competência discursiva em Libras em diferentes contextos de uso social da língua. Produção, compreensão e análise dos seguintes gêneros discursivos: resumos, artigos científicos, artigo de divulgação científica, relatório de estágio, bem como outros gêneros discursivos do meio</p>	

acadêmico. Produção de aulas bilíngues em Libras. Apresentação de materiais didáticos bilíngues em Libras.
<i>Syllabus: Development of discursive competence in Brazilian Sign Language in different social contexts of language use. Production, comprehension, and analysis of the following discourse genres: abstracts, scientific articles, popular science articles, internship reports, as well as other academic discourse genres. Production of bilingual lessons in Libras. Presentation of bilingual educational materials in Brazilian Sign Language.</i>
Bibliografia básica: ESTELITA, M. Elis – Escrita das Línguas de Sinais. Petrópolis: Arara Azul, 2007. F FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial, 2001. QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.
Bibliografia complementar: BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingüe da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.

LITERATURA SURDA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DEAF LITERATURE AND BILINGUAL EDUCATION	Código: LET556
Ementa: Visão contemporânea da cultura surda. Artefatos culturais do surdo. Cultura, identidade e literatura surda. Diferentes tipos de produção literária em sinais. Análise de textos literários em língua de sinais. Pedagogia Surda. Os estudos surdos e a educação bilíngue.	
<i>Syllabus: Contemporary perspective on Deaf culture. Cultural artifacts of the Deaf. Culture, identity, and Deaf literature. Different forms of literary production in sign language. Analysis of literary texts in sign language. Deaf Pedagogy. Deaf studies and bilingual education.</i>	
Bibliografia básica: CARVALHO, Paulo Vaz de. Breve História dos Surdos no Mundo / em Portugal, Lisboa: Surd'Universo, Livraria especializada Lda: 2007. LANE, Harlan. A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992. KARNOPP, Lodenir Becker. Literatura surda. ETD [online]. 2006, vol.07, n.02, pp.98-109. ISSN 1676-2592. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922006000000012&script=sci_abstract	
Bibliografia complementar: KARNOPP, Lodenir Becker. Produções culturais de surdos: análise da literatura surda Cadernos de Educação, FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [36]: 155 - 174, maio/agosto 2010. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1605/1488 SOUZA, Regina Maria de. Que palavra que te falta? Lingüística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998. WIDELL, Joanna As fases históricas da cultura surda, Revista GELES – Grupo de Estudos Sobre Linguagem, Educação e Surdez nº 6 – Ano 5 UFSC- Rio de Janeiro: Editora Babel, 1992. WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis. Aprender a ver. Trad.: Tarcísio Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005. Disponível em: https://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/livro2.pdf .	

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR EM CONTEXTOS BILÍNGUES PARA SURDOS CURRICULAR ORGANIZATION IN BILINGUAL CONTEXTS FOR THE DEAF	Código: LET570
Ementa: Análise dos fundamentos históricos e conceituais que orientam a elaboração do currículo escolar. Estudo das concepções de currículo nas escolas bilíngues de surdos. Discussão dos marcos legais e documentais que sustentam a educação bilíngue. Reflexão sobre competências específicas, critérios pedagógicos e propostas para a organização dos currículos de Libras e de Português, da Educação Infantil ao Ensino Superior.	

Syllabus: *Analysis of the historical and conceptual foundations guiding school curriculum design. Study of curriculum conceptions in bilingual schools for the deaf. Discussion of the legal and documentary frameworks supporting bilingual education. Reflection on specific competencies, pedagogical criteria, and proposals for the organization of Libras and Portuguese curricula, from Early Childhood Education to Higher Education*

Bibliografia básica:

ALBRES, Neiva Aquino. Ensino de Libras: Aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Appris, 2016.2.

DUARTE, Maria Auxiliadora Terra; MERTZANI, Maria; TERRA, Cristiane Lima. Currículo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): componente curricular como primeira língua. Porto Alegre-RS: Editora da FURG, 2020.

QUADROS, Ronice Muller de. Língua de herança: Língua Brasileira de Sinais. Porto Alegre-RS: Penso, 2017.

Bibliografia complementar:

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E EDUCACIONAIS PARA SURDOS E PARA A DIVERSIDADE LANGUAGE AND EDUCATIONAL POLICIES FOR THE DEAF AND FOR DIVERSITY	Código: LET554
<p>Ementa: Legislação e Surdez. Ideologias, atitudes e políticas linguísticas em contextos bi/ multilíngues. Políticas educacionais para surdos: inclusão e educação bilíngue. Políticas linguísticas e planejamento linguístico. Ações para valorização do status, da forma e da aquisição da Língua Brasileira de Sinais. Legislações e as suas aplicações para valorização, difusão e usos da Língua Brasileira de Sinais no contexto da educação bilíngue para surdos. Políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, compreendendo: direitos humanos e ambientais, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e educação especial.</p>	
<p>Syllabus: <i>Legislation and Deafness. Ideologies, attitudes, and language policies in bi/multilingual contexts. Educational policies for deaf students: inclusion and bilingual education. Language policies and language planning. Actions to promote the status, form, and acquisition of Brazilian Sign Language. Legislation and its applications for the promotion, diffusion, and use of Brazilian Sign Language in the context of bilingual education for deaf students. Public policies and education management, their foundations, and methodologies, comprising: human and environmental rights, ethnic-racial diversity, gender, sexual, religious diversity, generational age, and special education.</i></p>	
<p>Bibliografia básica: CORREA, D. (2009). Política linguística e ensino de língua. Calidoscópio. Vol. 7, n. 1, p. 72-78, jan/abr 2009. Unisinos. São Leopoldo. MORELLO, R. Diversidade no Brasil: Línguas e Políticas Sociais. Synergies Brésil. V.7, p.27 - 36, 2009. FERNANDES, S. e MOREIRA, L. (2014) Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Editora, UFPR.</p>	
<p>Bibliografia complementar: Leite, T. de A. e Quadros, R. M. de. (2014) Línguas de sinais do Brasil: Reflexões sobre o seu estatuto de risco e a importância da documentação. Em Estudos da Língua de Sinais. Volume II. Editora Insular. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica e Diversidade. (2014) Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Quadros, R. M. de (2012) Linguistic Policies, Linguistic Planning, and Brazilian Sign Language in Brazil. Sign Language Studies, v. 12, p. 543-564, 2012. FERNANDES, E. Problemas linguísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990. BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm</p>	

--

PRÁTICAS INTEGRADORAS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE I <i>INTEGRATIVE PRACTICES IN BILINGUAL EDUCATION I</i>	Código: LET561
<p>Ementa: Integração dos conteúdos das atividades acadêmicas curriculares estudadas no semestre letivo. Realização de atividades que integram os conteúdos, com vistas ao desenvolvimento da interdisciplinaridade e ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes.</p> <p>Syllabus: <i>Integration of the contents of academic curricular activities studied in the semester. Conducting activities that integrate the contents, aiming to develop interdisciplinary thinking and critical reflection of the students.</i></p>	
<p>Bibliografia básica: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. <i>Práticas pedagógicas e ensino integrado</i>. 1. ed. Curitiba: IFPREAD, 2014. HENRIQUE, A. L. S. ; NASCIMENTO, J. M. Sobre Práticas Integradora: um estudo de ações pedagógicas na Educação Básica. <i>Holos</i>, ano 31, v. 4. Disponível em: https://doi.org/10.15628/holos.2015.3188 . Acesso em: 06 nov. 2023. JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. <i>Interdisciplinariedade</i>. Petrópolis: Vozes, 1995.</p>	
<p>Bibliografia complementar: PERRENOUD, Philippe. <i>A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica</i>. Porto Alegre: Artmed, 2002. PROFESSOR. Vagner Pereira. <i>Práticas integradoras: fundamentos e possibilidades</i>. 44 slides, color. 2020. Disponível em: https://pt.slideshare.net/Vagnerprof/praticas-integradorasfundamentos-e-possibilidades-231268639. Acesso em: 06 nov. 2023. ZABALA, A. <i>A prática educativa: como ensinar</i>. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1998.</p>	

PRÁTICAS INTEGRADORAS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE II <i>INTEGRATIVE PRACTICES IN BILINGUAL EDUCATION II</i>	Código: LET565
<p>Ementa: Integração dos conteúdos das atividades acadêmicas curriculares estudadas no semestre letivo. Realização de atividades que integram os conteúdos, com vistas ao desenvolvimento da interdisciplinaridade e ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes. Desenvolvimento de atividades de forma articulada com projetos de extensão.</p> <p>Syllabus: <i>Integration of the contents of academic curricular activities studied in the semester. Conducting activities that integrate the contents, aiming to develop interdisciplinary thinking and critical reflection of the students. Development of activities in coordination with extension projects.</i></p>	
<p>Bibliografia básica: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. <i>Práticas pedagógicas e ensino integrado</i>. 1. ed. Curitiba: IFPREAD, 2014. HENRIQUE, A. L. S.; NASCIMENTO, J. M. Sobre Práticas Integradora: um estudo de ações pedagógicas na Educação Básica. <i>Holos</i>, ano 31, v. 4. Disponível em: https://doi.org/10.15628/holos.2015.3188. Acesso em: 06 nov. 2023. JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. <i>Interdisciplinariedade</i>. Petrópolis: Vozes, 1995.</p>	
<p>Bibliografia complementar: PERRENOUD, Philippe. <i>A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica</i>. Porto Alegre: Artmed, 2002. PROFESSOR. Vagner Pereira. <i>Práticas integradoras: fundamentos e possibilidades</i>. 44 slides, color. 2020. Disponível em: https://pt.slideshare.net/Vagnerprof/praticas-integradorasfundamentos-e-possibilidades-231268639. Acesso em: 06 nov. 2023. ZABALA, A. <i>A prática educativa: como ensinar</i>. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1998.</p>	

PRÁTICAS INTEGRADORAS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE III <i>INTEGRATIVE PRACTICES IN BILINGUAL EDUCATION III</i>	Código: LET576
<p>Ementa: Integração dos conteúdos das atividades acadêmicas curriculares estudadas no semestre letivo.</p>	

Realização de atividades que integram os conteúdos, com vistas ao desenvolvimento da interdisciplinaridade e ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes. Desenvolvimento de atividades de forma articulada com projetos de extensão.

Syllabus: Integration of the contents of academic curricular activities studied in the semester. Conducting activities that integrate the contents, aiming to develop interdisciplinary thinking and critical reflection of the students. Development of activities in coordination with extension projects.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. *Práticas pedagógicas e ensino integrado*. 1. ed. Curitiba: IFPREAD, 2014.

HENRIQUE, A. L. S. ; NASCIMENTO, J. M. Sobre Práticas Integradora: um estudo de ações pedagógicas na Educação Básica. *Holos*, ano 31, v. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2015.3188> . Acesso em: 06 nov. 2023.

JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio. *Interdisciplinariedade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Bibliografia complementar:

PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PROFESSOR. Vagner Pereira. *Práticas integradoras: fundamentos e possibilidades*. 44 slides, color. 2020. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Vagnerprof/praticas-integradorasfundamentos-e-possibilidades-231268639>. Acesso em: 06 nov. 2023.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1998.